

# **Eternit**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA  
GERAL ORDINÁRIA CONVOCADA PARA 09 DE ABRIL DE 2024, ÀS 11H.**

## ÍNDICE

I.	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
II.	PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA	4
III.	CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL	5
IV.	PROCEDIMENTOS PRÉVIOS E PRAZOS	8
V.	INFORMAÇÕES E DETALHAMENTO SOBRE AS MATÉRIAS OBJETO DE EXAME E DISCUSSÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	12
VI.	ANEXOS	18

**I. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Prezados Acionistas,

Convidamos a todos para participar da Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial a ser realizada no dia 09 de abril de 2024, às 11h, exclusivamente de modo virtual, nos termos do Edital de Convocação.

Para a instalação da AGO será necessária a participação de 1/4 (um quarto) do capital social, em primeira convocação.

No intuito de incentivar e facilitar a participação dos acionistas na AGO, a Companhia adotou o formato de realização virtual, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting (“Plataforma”), que possibilitará o exercício do direito de voto expresso em cada item da ordem do dia, além da transmissão de imagem e som. Desta forma, criamos esta Proposta da Administração para proporcionar mais informação e transparência e garantir, assim, a tomada de decisão de forma consciente e participativa por todos os acionistas.

Gostaria de lembrá-los que seu voto é muito importante para a Companhia.

Os assuntos a serem deliberados na AGO estão descritos neste documento e no Edital de Convocação. Solicitamos aos senhores que examinem cuidadosamente estes documentos.

Ficamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Fausto de Andrade Ribeiro  
Presidente do Conselho de Administração

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

### II. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

**Data:** 09 de abril de 2024

**Horário:** 11h

**Local:** A AGO será exclusivamente de modo virtual, por meio da Plataforma.

### **III. CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

**ETERNIT S.A. - Em Recuperação Judicial**  
**C.N.P.J. nº 61.092.037/0001-81**  
**NIRE 35.300.013.344**

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convidados os senhores acionistas da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial (“Eternit” ou “Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada no dia 09 de abril de 2024, às 11h, exclusivamente de modo virtual, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting (“Plataforma”) bem como mediante o envio de Boletim de Voto a Distância (“BVD”), nos termos da Resolução CVM nº 81/22 (“CVM 81”), para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

##### **Assembleia Geral Ordinária:**

1. Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023;
2. Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023;
3. Deliberar sobre a distribuição de dividendos e sua condição de pagamento;
4. Fixar o número de 05 (cinco) membros para compor o Conselho de Administração;
5. Eleger os membros do Conselho de Administração para o mandato de 02 (dois) anos;
6. Eleger o Presidente do Conselho de Administração;
7. Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal;
8. Fixar o número de 03 (três) membros para compor o Conselho Fiscal;
9. Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e
10. Fixar o montante da Remuneração Global a ser paga aos Administradores da Companhia e membros do Conselho Fiscal, caso instalado, em relação ao exercício social de 2024.

**Informações de Participação na AGO****Participação Virtual**

Os acionistas ou procuradores que desejarem participar da AGO por meio da Plataforma deverão acessar o link [https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxUZgnZGG\\_Cf-nR-k\\_JJitVzho1ouSIZC1u\\_heXxjmDB](https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxUZgnZGG_Cf-nR-k_JJitVzho1ouSIZC1u_heXxjmDB) de pré-cadastro (“Link”), impreterivelmente, até o dia 05 de abril 2024 (inclusive), preenchendo todas as informações solicitadas e realizar o *upload* dos documentos que comprovem a sua qualificação, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração. Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro prazo supra **não poderão** participar da AGO.

**Boletim de Voto a Distância**

A Companhia adotará, para AGO, a possibilidade de voto por meio de BVD, nos termos da Resolução CVM nº 81/22.

O acionista que optar por exercer seu direito de voto através dos BVD poderá: (i) caso o acionista tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, transmitir as instruções de voto para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia; (ii) caso o acionista tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, a saber, o Itaú Corretora de Valores S.A. (“Itaú”), transmitir as instruções de voto para o Itaú, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo Itaú; ou (iii) preencher o BVD e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas na Proposta da Administração. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM nº 81/22, na Proposta da Administração e no BVD disponibilizado pela Companhia nos endereços indicados abaixo.

Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, o BVD, devidamente preenchido e acompanhado da respectiva documentação, será considerado válido apenas se recebido pela Companhia, pelos agentes de custódia ou pelo escriturador de ações da Companhia em plena ordem, conforme os respectivos procedimentos aplicáveis, até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 03 de abril de 2024 (inclusive).

O Acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por meio de envio do BVD diretamente à Companhia deverá encaminhá-lo devidamente preenchido, rubricado e assinado, acompanhado dos documentos aplicáveis nos termos da Proposta da Administração e ao endereço indicado acima.

O BVD encontra-se disponível na página de Relações com Investidores da Companhia ([ri.kepler.com.br](http://ri.kepler.com.br)), no site da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)), no site da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e na sede da Companhia.

**Legitimação e Representação**

Poderão participar da AGO, ora convocada, os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, conforme disposto no Artigo 126, da Lei de Sociedades Anônimas. O acionista poderá comprovar a sua posição acionária, mediante apresentação do extrato atualizado da conta de depósito das ações, emitido pelo custodiante, ou, caso não apresente esta documentação, a posição acionária será verificada pela Companhia, em sua base de acionistas.

**Adoção do Processo de Voto Múltiplo**

Nos termos do Artigo 141 da Lei 6.404/76 e do Artigo 3º da Resolução CVM nº 70/22, o percentual mínimo de participação necessário para requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia, sendo que o requerimento deve ser apresentado à Companhia em até 48 horas antes da realização da Assembleia.

Permanece à disposição dos acionistas, na sede da Companhia e na internet ([ri.eternit.com.br/](http://ri.eternit.com.br/) [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na AGO.

São Paulo, 07 de março de 2024.

Fausto de Andrade Ribeiro  
Presidente do Conselho de Administração

**IV. PROCEDIMENTOS PRÉVIOS E PRAZOS****Participação virtual:**

Os acionistas ou procuradores que desejarem participar da AGO, por meio da Plataforma, deverão acessar o link [https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxUZgnZGG\\_Cf-nR-k\\_JJitVzho1ouSIzC1u\\_heXxjmDB](https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxUZgnZGG_Cf-nR-k_JJitVzho1ouSIzC1u_heXxjmDB) de pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia 05 de abril de 2024 (inclusive), preenchendo todas as informações solicitadas e realizar o *upload* dos documentos que comprovem a sua qualificação, tais como:

- (i) documento hábil à comprovação de identidade do acionista ou do seu representante: a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), o passaporte e carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas, desde que contenham foto de seu titular;
- (ii) extrato de conta depósito de ações escriturais fornecido pela instituição financeira depositária expedido nos últimos 5 (cinco) dias; e
- (iii) documentos comprobatórios de representação:

**1. Pessoa Física Estrangeira**

- Em caso de o Representante Legal ser Pessoa Jurídica: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Jurídica (idiomas: português, inglês ou espanhol) e demais documentos exigidos ao Representante Legal Pessoa Jurídica indicados abaixo em Pessoa Jurídica Nacional/Fundo de Investimento Nacional.
- Em caso de o representante legal ser Pessoa Física: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física (idiomas: português, inglês ou espanhol), RG/RNE e CPF do Representante Legal da Pessoa Física.

**2. Pessoa Jurídica Nacional**

- Estatuto/Contrato Social vigente da Pessoa Jurídica arquivado na Junta Comercial ou Cartório competente e cartão do CNPJ;
- Ato de Eleição ou Procuração do acionista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física;
- RG/RNE e CPF do Representante Legal Pessoa Física.

**3. Fundo de Investimento com Representante Legal Pessoa Jurídica (Administrador ou Gestor)**

- Regulamento vigente registrado em Cartório competente e cartão do CNPJ;
- Estatuto Social/Contrato Social do Administrador ou Gestor, vigente e registrado na Junta Comercial;



## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

- Ato de Eleição ou Procuração do Administrador ou Gestor outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física;
- RG/RNE e CPF do Representante Legal Pessoa Física.

### 4. Pessoa Jurídica Estrangeira

- Em caso de o Representante Legal ser Pessoa Jurídica: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Jurídica (idiomas: português, inglês ou espanhol) e demais documentos exigidos ao Representante Legal Pessoa Jurídica indicados acima em Pessoa Jurídica Nacional/Fundo de Investimento Nacional.
- Em caso de o representante legal ser Pessoa Física: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física (idiomas: português, inglês ou espanhol), RG/RNE e CPF do Representante Legal da Pessoa Física.

Após o cadastro, a Companhia fará a validação das informações e os acionistas ou procuradores receberão, em até 24 horas, um e-mail informando sobre o deferimento ou indeferimento do cadastro. Será permitido ao acionista que regularize o seu cadastro pendente até às 11h00min do dia 08 de abril de 2024 (inclusive).

Os cadastros recebidos nos finais de semana serão validados até as 18h da segunda-feira subsequente.

A Companhia enviará aos acionistas ou procuradores devidamente habilitados, dentro das 24 (vinte e quatro) horas antes do início da AGO, um e-mail contendo o link, login e senha de acesso (“Link de Acesso”) na Plataforma e demais instruções necessárias para o acesso e a participação na AGO. A Companhia informa, desde já, que as informações de acesso para a AGO são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização do acionista.

Abaixo, tabela com as recomendações de uso da Plataforma, por meio de computador pessoal:

Feature	Chrome 69+	Firefox 56+	Safari 11+	Edge 79+	<a href="#">iOS/iPadOS 15+</a>	<a href="#">Android 10+</a>
Video (receive)	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Video (send)	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Audio (receive)	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Audio (send)	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Screen Share (receive)	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Screen Share (send)	✓	✓	✓	✓	X	X
Render Multiple Videos	✓	✓	X	✓	X	X

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO**

Feature	Chrome 69+	Firefox 56+	Safari 11+	Edge 79+	iOS/iPadOS 15+	Android 10+
Virtual Background	✓	✗	✗	✓	✗	✗
720p Video (receive)	✓	✓	✓	✓	✗	✗
720p Video (send)	✓	✗	✗	✗	✗	✗
Share Chrome Tab Audio	✓	✗	✗	✗	✗	✗
Chat	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Closed Captioning	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Live Transcription	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Live Translation	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Cloud Recording	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Call Out (PSTN)	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Share 2nd Camera	✓	✓	✓	✓	✗	✗
Command Channel	✓	✓	✓	✓	✓	✓
RTMP Live Streaming	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Encryption	✓	✓	✓	✓	✓	✓
End-to-End Encryption (E2EE) <a href="#">(5)</a>	✗	✗	✗	✗	✗	✗

Ressaltamos que o uso da Plataforma não é compatível com tablets e smartphones.

A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o acionista ou procurador venha a enfrentar que dificulte ou impossibilite sua participação na AGO.

Recomendamos, ainda, o uso de fones de ouvido para melhor qualidade de áudio.

A Companhia informa, ainda, que a AGO será integralmente gravada.

O acionista que participar por meio da Plataforma será considerado presente na Assembleia e assinante da respectiva ata, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 47 da Resolução CVM 81/2022.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO**

Qualquer dúvida relacionada aos Procedimentos Prévios e Prazos descritos neste item, favor contatar:

Anderson Rebeque – Relações com Investidores

E-mail: [ri@eternit.com.br](mailto:ri@eternit.com.br)

Endereço: Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 – 8º Andar – CEP: 05423-040

Telefone: (11) 3817-1710 / (11) 3194-3881

At.: Eloahna B. A. Sá Freire – Jurídico

E-mail: [eloahna.freire@eternit.com.br](mailto:eloahna.freire@eternit.com.br)

## V. INFORMAÇÕES E DETALHAMENTO SOBRE A MATÉRIA OBJETO DE EXAME E DISCUSSÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

### V.1. Detalhamento sobre as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária:

Nos termos do Artigo 132 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A.") e do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, a Eternit deve promover a realização de uma Assembleia Geral Ordinária de acionistas uma vez por ano, nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social.

Todos os documentos obrigatórios, bem como adicionais, necessários para respaldar o entendimento e a tomada das decisões que serão objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") estão disponíveis no site da Companhia ([ri.eternit.com.br](http://ri.eternit.com.br)), bem como no sistema eletrônico na página da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na rede mundial de computadores.

Nos termos da Lei das S.A. e da Resolução CVM nº 81, a Companhia deve apresentar os seguintes documentos até 01 (um) mês antes da data da AGO:

- i. Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo;
- ii. Cópia das Demonstrações Contábeis;
- iii. Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência;
- iv. Parecer dos auditores independentes;
- v. Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver;
- vi. Formulário de demonstrações contábeis padronizadas – DFP;
- vii. Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no Anexo A da presente Resolução;
- viii. Parecer do comitê de auditoria;
- ix. Boletim de voto a distância; e
- x. Demais documentos pertinentes aos assuntos incluídos na Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária, se houver, enumerados de forma expressa.

Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, no site de Relações com Investidores ([ri.eternit.com.br](http://ri.eternit.com.br)), bem como nos sites da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) todos os documentos relacionados acima.

Os itens iii e vii constam como anexos a esta Proposta da Administração.

A Companhia recomenda aos seus acionistas que examinem detalhadamente todos os documentos colocados à disposição pela Administração da Companhia, a fim de deliberarem acerca das matérias constantes da Ordem do Dia:

1. Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023;
  - Demonstrações Contábeis

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

As contas dos administradores são instrumentalizadas por meio das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas (“DFs”).

As DFs expressam a situação econômico-financeira da Companhia e as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social. Pela análise das DFs é possível avaliar a situação patrimonial, os índices de liquidez, o nível de lucratividade e o grau de endividamento da Companhia.

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas são compostas dos seguintes documentos: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração do Resultado Abrangente; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração do Fluxo de Caixa; Demonstração do Valor Adicionado; e Notas Explicativas às informações contábeis. As Notas Explicativas acompanham as DFs e têm por finalidade complementar as mesmas, além de auxiliar sua análise e entendimento.

As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram apreciadas pelo Comitê de Auditoria não Estatutário (“COAUD”) em 26 de fevereiro de 2024, aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho Administração e ratificadas pelo Conselho de Fiscal da Companhia em 27 de fevereiro de 2024.

- Relatório da Administração

O Relatório da Administração acompanha as DFs e contém informações de caráter financeiro e não financeiro, como informações operacionais, análise das principais contas da demonstração do resultado do exercício, informações relacionadas aos colaboradores, mercado de capitais, dentre outras.

- Relatório dos Auditores Independentes

A BDO RCS Auditores Independentes SS examinou as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e emitiu relatório sem ressalvas.

- Recomendação da Companhia aos seus acionistas

A Companhia recomenda aos seus acionistas que examinem detalhadamente todos os documentos colocados à disposição pela Administração, a fim de deliberarem acerca das contas dos administradores e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

### 2. Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023;

Nos termos da Resolução CVM 81, a companhia deve fornecer, até 1 (um) mês antes da data marcada para realização da Assembleia Geral Ordinária, proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no Anexo A, as quais constam do Anexo 2 à presente Proposta da Administração.

### 3. Deliberar sobre a distribuição de dividendos;

- Resultado do exercício

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

É o resultado das operações da Companhia auferido no exercício após as deduções da provisão para o Imposto de Renda e Contribuições Sociais.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 127.181 mil.

- Finalidade da destinação do resultado do exercício

A destinação do resultado do exercício consiste em determinar as parcelas do lucro líquido: (i) que serão apropriadas às reservas de lucros, legais e estatutárias ou (ii) que serão distribuídas como dividendos.

A Administração da Companhia deverá apresentar à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, que deverá observar a seguinte ordem de dedução, conforme disposto no artigo 30 do Estatuto Social da Companhia.

O estatuto social da Companhia assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido reserva de incentivos fiscais, conforme a lei das sociedades anônimas e da constituição da reserva legal de 5% do lucro. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

Se a situação financeira da Companhia não permitir a distribuição efetiva dos dividendos mínimos obrigatórios, o correspondente valor será registrado como reserva especial e, senão absorvida por prejuízos subsequentes, deverá ser paga como dividendos assim que permitir a situação da Companhia.

- Proposta da administração para destinação do resultado do exercício

A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 127.181 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a Administração da Companhia propõe que o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 127.181 mil seja destinado, à saber: (i) R\$ 4.388 mil a título de reserva de subvenção de investimentos; (ii) R\$ 6.359 mil a título de reserva legal; (iii) R\$ 6.359 mil a título de reserva estatutária; (iv) R\$ 79.269 mil a título de retenção para orçamento de capital; e (v) R\$ 20.735 mil a título de Juros sobre Capital Próprio bruto, sendo: R\$ 4.812 mil pagos em 29/09/2023 e R\$ 15.923 mil declarados em 07/11/2023 (R\$ 4.729 mil) e 19/12/2023 (R\$ 11.194 mil) a serem pagos em 29/03/2024 e, R\$ 10.071 mil a título de dividendos que serão pagos sem atualização monetária e se aprovados pelos acionistas, em **27/12/2024**.

As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Anexo A da Resolução CVM nº 81 constam como anexo 2 a esta Proposta da Administração.

4. Fixar o número de 05 (cinco) membros para compor o Conselho de Administração;

O Conselho de Administração da Eternit será composto de até 5 (cinco) membros, pessoas naturais, eleitos pela Assembleia Geral, nos termos do Artigo 16, caput do Estatuto Social da Companhia.

5. Eleger os membros do Conselho de Administração para o mandato de 02 (dois) anos;

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

- Quais são os candidatos indicados pela atual administração da Companhia para a composição do Conselho de Administração?

De acordo com o artigo 15, §5º do Estatuto Social da Companhia, é permitida a reeleição dos conselheiros.

Nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 81/22, as informações sobre os candidatos indicados por acionistas ou pela administração para membros do Conselho de Administração, que são exigidas pelos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência previsto pela Resolução CVM 80/22, incluindo os seus respectivos currículos, constam do Anexo 3 à presente Proposta da Administração.

As indicações para os cargos elegíveis do Conselho de Administração devem respeitar os requisitos e as vedações legais, incluindo, mas não se limitando ao artigo 146 em conjunto com o artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e à RCVM 80/22.

- Como poderão ser eleitos os membros do Conselho de Administração da Companhia?

A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia poderá ser realizada por meio de 02 (dois) sistemas de votação, quais sejam: (i) via processo de votação individual, na qual os atuais membros do Conselho de Administração ou novos são indicados para as vagas do Conselho; ou (ii) por processo de voto múltiplo (“Processo de Voto Múltiplo”), conforme descrito abaixo.

(i) Processo de votação individual

Caso os acionistas da Companhia não tenham solicitado a adoção do Processo do Voto Múltiplo, a eleição dos membros do Conselho de Administração deverá ser realizada pelo processo individual, ou seja, a eleição ocorrerá por candidato.

(ii) Processo de voto múltiplo

Trata-se de procedimento mediante o qual se atribui a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários. Visa a aumentar as chances do acionista minoritário de garantir sua representatividade no Conselho de Administração.

Acionistas da Companhia, representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social, poderão requerer, por escrito, a adoção do processo de voto múltiplo à Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 165/91, conforme alterada.

De acordo com o Artigo 141 e respectivos parágrafos da LSA, acionistas que pretendam requerer a utilização do processo de voto múltiplo deverão fazê-lo, por escrito, à Companhia em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral Ordinária.

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

### 6. Eleger o Presidente do Conselho de Administração;

O Presidente do Conselho de Administração será eleito pela Assembleia Geral, nos termos do Artigo 17, caput do Estatuto Social da Companhia.

- Proposta da Administração

A Administração da Companhia indica o Sr. Fausto de Andrade Ribeiro como Presidente do Conselho de Administração da Eternit.

### 7. Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal;

O Conselho Fiscal (“CF”) é um órgão, não permanente, de apoio ao Conselho de Administração, que tem como principal responsabilidade fiscalizar a situação financeira da Companhia.

### 8. Fixar o número de 03 (três) membros para compor o Conselho de Fiscal;

O CF, quando instalado, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, residentes no País, acionistas ou não.

A Administração propõe fixar o número de 3 (três) membros para composição do Conselho Fiscal para o mandato 2024-2025, uma vez que essa quantidade atende às necessidades da Companhia e a sua condição de Corporation, já que não há um acionista controlador.

### 9. Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal;

Nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 81, a companhia deve fornecer as informações sobre os candidatos indicados por acionistas ou pela administração para membros do Conselho Fiscal, que são exigidas pelos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80, incluindo os seus respectivos currículos, constam do Anexo 3 à presente Proposta da Administração.

As indicações para os cargos elegíveis do Conselho Fiscal devem respeitar os requisitos e as vedações legais, incluindo, mas não se limitando ao artigo 162 em conjunto com o artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e à Resolução CVM nº 80.

### 10. Fixar o montante da Remuneração Global a ser paga aos Administradores da Companhia e membros do Conselho Fiscal, caso instalado, em relação ao exercício social de 2024.

- Montante global e distribuição da remuneração anual dos administradores e dos membros titulares do Conselho Fiscal

O montante global da remuneração anual dos administradores e dos membros titulares do Conselho Fiscal, conforme proposta da Administração da Companhia para o exercício de 2024, é de R\$ 15.109 mil (quinze milhões e cento e nove mil reais), distribuído conforme quadro abaixo:



Nos termos do Artigo 13 da Resolução CVM nº 81, a Companhia disponibilizou aos acionistas: (i) a proposta de remuneração dos administradores; e (ii) as informações indicadas no item 8 do formulário de referência, as quais constam do Anexo 4 a esta Proposta e Manual.

**Remuneração Global – Prevista para o exercício social 2024**

2024*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros <sup>(1)</sup>	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados <sup>(1)</sup>	5,00	3,00	4,00	12,00
<b>REMUNERAÇÃO FIXA</b>				
Salário	1.580	392	5.339	7.311
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	651	651
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>REMUNERAÇÃO VARIÁVEL</b>				
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Bônus de Curto Prazo	-	-	2.778	2.778
Bônus de Longo Prazo**	1.860	-	2.025	3.885
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
<b>BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO</b>				
Benefício Pós-emprego	-	-	484	484
<b>BENEFÍCIOS MOTIVADOS PELA CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO</b>				
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
<b>REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUINDO OPÇÕES</b>				
***Remuneração baseada em ações, incluindo opções	1.860	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.440</b>	<b>392</b>	<b>11.277</b>	<b>15.109</b>

\* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

\*\* Bônus de Longo Prazo dos membros do Conselho de Administração é integralmente baseado em ações.

\*\*\* Remuneração baseada em ações dos membros do Conselho de Administração é contabilizada no Bônus de Longo Prazo.

<sup>(1)</sup> Calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

## VI. ANEXOS

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia preparadas pela Administração da Eternit, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria não Estatutário e do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31/12/2023, foram disponibilizados no website de Relações com Investidores da Companhia ([ri.eternit.com.br](http://ri.eternit.com.br)), no site da CVM e da B3, por meio do Sistema Empresas.NET, em 27/02/2024, e publicados no jornal “Valor Econômico” e “Valor Econômico Online” ambos em 28/02/2024.

O formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP do exercício findo em 31/12/2023 foi disponibilizado no website de Relações com Investidores da Companhia ([ri.eternit.com.br](http://ri.eternit.com.br)), no site da CVM e da B3, por meio do Sistema Empresas.NET, em 27/02/2024.

A Companhia apresenta os demais documentos referentes às matérias que serão deliberadas:

## ANEXO 1

**2. COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA****2.1 Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais****EXERCÍCIO SOCIAL CONSOLIDADO ENCERRADO EM 31/12/2023**

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

A Eternit encerrou o ano de 2023 registrando um Lucro Líquido de R\$ 127 milhões, contabilizados IRPJ/CSLL diferidos de prejuízo fiscal da controladora de R\$ 80 milhões, provisionados no balanço da Companhia após reversão do ativo em 2019 pela expectativa de não recuperabilidade.

O resultado operacional da Companhia em 2023 foi construído em um cenário de retração de vendas da indústria de materiais de construção, cujo faturamento acumulado em 2023 recuou 2,0%, segundo indicador da ABRAMAT. No segmento de fibrocimento, core business da Companhia, as vendas de telhas totalizaram 618 mil toneladas em 2023, recuo de 5% frente ao volume vendido em 2022. Por outro lado, as vendas de sistemas construtivos apresentaram um expressivo crescimento de 18% no ano, evidenciando o potencial desse mercado, associado ao processo de industrialização da construção civil no país.

No segmento de fibra de crisotila, as exportações em 2023 totalizaram 189 mil toneladas, queda de 3% quando comparado com o volume exportado em 2022, em função de restrição na disponibilidade de produto decorrente da parada programada para manutenção em abril e do impacto das chuvas em dezembro.

Diante deste cenário, a Companhia registrou receita líquida de R\$ 1,1 bilhão, inferior em 5% ao valor apurado em 2022. O EBITDA Recorrente somou R\$ 118 milhões, recuo de 37% em relação ao exercício passado.

O 4T23 foi marcado por um evento importante e histórico para a Companhia: após quase 50 anos, a Eternit partiu uma nova fábrica de fibrocimento, em Caucaia-CE, a mais moderna e sustentável do Grupo. A nova unidade industrial iniciou a operação assistida no mês de dezembro, disponibilizando para venda cerca de duas mil toneladas de produto acabado. Com capacidade inicial de 78 mil t/a e investimento de R\$ 187 milhões, já integralmente desembolsado, a nova unidade fortalecerá a posição do Grupo Eternit no mercado da região nordeste do País.

Com relação a Recuperação Judicial, a Companhia protocolizou em 18/10/23 petição ao Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judicial da Comarca da Capital de São Paulo, solicitando homologação do Primeiro Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, o qual busca alterar o Plano de Recuperação Judicial homologado em 30/05/2019 exclusivamente no que diz respeito aos credores concursais da Classe I. Adicionalmente, a

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Companhia também solicitou que, com a homologação do Primeiro Aditamento ao Plano, seja, na mesma decisão, decretado o encerramento da Recuperação Judicial. Não obstante, em 21/11/2023, em benefício da participação dos credores trabalhistas, as Recuperandas solicitaram a convocação de Assembleia Geral de Credores da classe trabalhista, para exposição e deliberação do Primeiro Aditamento. Assim, a Eternit se mantém otimista no êxito de suas solicitações junto ao juiz da causa, inclusive, com o encerramento da Recuperação Judicial.

Por fim, no ano de 2023 a Companhia declarou R\$ 29 milhões a título de proventos, referentes aos resultados apurados neste exercício, representando uma remuneração bruta de R\$ 0,50/por ação.

### b) Estrutura de capital

	<b>Consolidado - R\$ mil</b>			
	<b>2023</b>		<b>2022</b>	
	R\$	%	R\$	%
Capital próprio	769.806	59,2	676.298	55,3
Capital de terceiros	<u>530.560</u>	<u>40,8</u>	<u>545.969</u>	<u>44,7</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.300.366</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>1.222.267</u></b>	<b><u>100,0</u></b>

Na comparação de 2022 para 2023, o capital próprio da Companhia aumentou em R\$ 93.508 mil, decorrentes, principalmente, pela constituição de reservas de lucro (R\$ 91.987) e constituição de reservas de incentivos fiscais (R\$ 4.388). Para o lucro do exercício de R\$ 127 milhões, contribuíram: (i) desempenho financeiro e operacional nos segmentos de atuação da Companhia; e (ii) IRPJ/CSLL diferidos de prejuízo fiscal da controladora no montante de R\$ 80 milhões, provisionados no balanço da Companhia, após reversão do ativo em 2019 pela expectativa de não recuperabilidade.

O capital de terceiros apresentou aumento de R\$ 15.409 mil na comparação com 2022, principalmente, devido à contratação de linhas de crédito de curto prazo para fazer frente ao projeto da nova unidade de fibrocimento de Caucaia-CE. A Companhia encerrou o exercício de 2023 com endividamento líquido de R\$ 126 milhões, frente a uma posição de caixa líquida de R\$ 28 milhões registrado no encerramento de 2022. O aumento do endividamento líquido se deve às captações realizadas pela Companhia para fazer frente ao projeto *greenfiled* do Ceará.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

### c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia dará prosseguimento a todos os seus compromissos financeiros com prazos e procedimentos pré-definidos, inclusive as obrigações constantes do conforme o Plano de Recuperação Judicial aprovado em Assembleia Geral de Credores.

Desta forma, sua capacidade de pagamento aos compromissos financeiros assumidos, medida por meio do índice de liquidez corrente é de 1,9 em 2023 e de 2,5 em 2022.

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Os compromissos com instituições financeiras (financiamento oneroso) eram de R\$ 142.297 mil no encerramento do exercício de 2023 e de R\$ 84.591 em 2022, representando 18,5% do Patrimônio Líquido (“PL”) em 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía as seguintes garantias:

- (i) Fiança bancária, no montante de R\$ 1.440, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do pagamento de execução fiscal nº 0486287- 42.2009.8.09.0103, que tramita perante a Vara de Fazendas Públicas da Comarca de Minaçu, ajuizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, firmado com a Sama S.A., com vencimento indeterminado;
- (ii) Fiança bancária, no montante de R\$ 6.818, junto ao Banco Daycoval S.A. para garantia do financiamento à agência de Fomento Goiás, firmado em 16 de janeiro de 2023;
- (iii) Seguro garantia, no montante de R\$ 6.350, junto a Pottencial Seguradora S.A para amparar a ação anulatória nº 0068035-46.2015.4.03.6182 referente a cobrança de débitos fiscais de CSLL e COFINS, com vigência de 04 de maio de 2022 a 04 de maio de 2027;
- (iv) Seguro garantia, no montante de R\$ 374, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Simões Filho - BA), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023;
- (v) Em dezembro de 2014, a controlada Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.384, referente a cédula de crédito bancário, com o Banco da Amazônia, para implementar sua fábrica em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, sendo seu valor de custo no montante de R\$ 62.500;
- (vi) Em 23 de fevereiro de 2018 a Eternit apresentou garantia com a fábrica Simões Filho no valor de R\$ 35.700 com sua vigência indeterminada a partir desta data para amparar a ação de execução de termo de ajuste de conduta nº 0000883-76.2017.5.05.0101. Mandado de penhora recebido em 06 de maio de 2022, atualizando o valor do imóvel penhorado para R\$ 58.000;
- (vii) Seguro garantia, no montante de R\$ 680, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Colombo - PR), sendo a Eternit como tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023;
- (viii) Seguro garantia, no montante de R\$ 1.054, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Rio de Janeiro - RJ), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de Janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023;

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

- (ix) Fiança Bancária, no montante de R\$ 327, junto ao Banco Daycoval, para garantir o aluguel da Sede Administrativa da Eternit, sendo a própria Eternit a tomadora e IMMOB III Fundo De Investimento Imobiliário - FII o beneficiário, com vigência até 30 de janeiro de 2024;
- (x) Fiança Bancária, no montante de R\$ 847, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica, sendo a TOMADORA, SAMA S.A MINERAÇÕES ASSOCIADAS, e a BENEFICIÁRIA, ATMO COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA., com vigência de 01 de janeiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024;
- (xi) Seguro Garantia no montante de R\$ 520, junto a Pottencial Seguradora, destinada ao Processo Judicial nº 0068035-46.2015.4.03.6182, Processo Administrativo nº.16306.000206/2009-81, 10880.968880/2010-99 e 10880.977187/2011-98, CDA nº 80.6.15.066685-39, 80.6.15.068746-00. Trata-se de execução fiscal para suposta cobrança de débitos perante a 5ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo, com vigência 12 de abril de 2021 a 12 de abril de 2026;
- (xii) Seguro Garantia no montante de R\$ 407, junto a Fairfax Seguradora S.A, para o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Execução Fiscal nº 0051104- 28.2020.8.19.0001, promovida pela FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face do tomador, em trâmite perante a 11ª Vara de Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, com vigência de 19 de julho de 2021 a 19 de julho de 2026;
- (xiii) Seguro Garantia no montante de R\$ 332, junto a Fairfax Seguradora S.A, para o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Execução Fiscal nº 0015609- 83.2021.8.19.0001, promovida pela FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face do tomador, em trâmite perante a 11ª Vara de Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, com vigência de 07 de julho de 2021 a 07 de julho de 2026;
- (xiv) Seguro Garantia no montante de R\$ 7.265, junto a Fairfax Seguradora S.A, para o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Ação Anulatória nº 5104951- 09.2022.8.09.0051, promovida contra FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS pelo tomador, em trâmite perante a 1ª Vara de Fazenda Pública Estadual de Goiânia/GO, com vigência de 22 de março de 2023 a 21 de março de 2028;
- (xv) Garantia em duplicatas a receber (recebíveis) no Banco Daycoval de R\$ 12.000 para assegurar a operação de FINAME junto ao banco;

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

- (xvi) Os veículos resultantes do CCE no Banco Sofisa no valor de R\$ 11.334 estão em garantia junto ao banco para assegurar a operação.

### d) Fontes de financiamentos para capital de giro e para investimento em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício encerrado em 31/12/2023, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) geração de caixa; e (ii) endividamento bancário de longo prazo através das linhas FINAME e CCE e de curto prazo através de antecipação de recebíveis de exportação (ACE).

A Diretoria entende que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos.

### e) Fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar a financiar suas operações por meio da geração de caixa decorrente de suas atividades operacionais e da captação de recursos de terceiros junto a instituições financeiras: (i) linhas de crédito de curto prazo (ACE e desconto de duplicatas); e (ii) linha de longo prazo, através de tratativas com o Banco do Nordeste (BNB) visando captação vinculada ao projeto *greenfield* do Ceará.

### f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

#### (i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia no exercício findo em 31/12/2023.

	Consolidado 31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional:			
Para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços	3.910	25.613	29.523
Para capital de giro e Investimentos (FINAME)	9.528	23.747	33.275
Para aquisição de veículos	1.143	10.191	11.334
Para capital de giro ACE (desconto de recebível)	68.165	-	68.165
Fiança honrada	-	-	-
<b>Total moeda nacional</b>	<b>82.746</b>	<b>59.551</b>	<b>142.297</b>

Em 2023, a dívida bruta no consolidado totalizou R\$ 142.297 milhões, sendo:

- a. R\$ 29.523 refere-se ao Banco da Amazônia, que compõe o saldo da Classe II do Plano de Recuperação Judicial, com encargos financeiros de 8,24% a.a. e bônus de adimplência de 15% sobre a taxa para pagamentos realizados até a data de vencimento, ou seja, 7% a.a. O saldo remanescente será pago em 90 parcelas e será liquidado no ano de 2031.
- b. R\$ 33.275 refere-se ao FINAME realizado junto ao Banco Daycoval. A dívida contratada possui encargos financeiros, sendo: Selic + SPREAD bancário de 4,80% a.a. com carência de 12 meses do principal havendo apenas amortização de juros trimestrais no período. O saldo remanescente será pago em 60 meses.
- c. R\$ 11.334 refere-se a linha de crédito CCE realizado junto ao Banco Sofisa. A dívida contratada possui encargos financeiros, sendo: CDI + SPREAD bancário de 4,91% a.a. com carência de 6 meses do principal havendo apenas amortização de juros mensais no período. O saldo remanescente será pago em 60 meses.
- d. R\$ 68.165 refere-se à antecipação de recebíveis em moeda estrangeira ACE – Adiantamento Sobre Cambiais Entregue, à uma taxa média de juros ponderada de 8,46% a.a.

**(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Os Diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras além daquelas já descritas no item “i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes”.

**(iii) grau de subordinação entre as dívidas**

Nos exercícios de 2023 e 2022, os empréstimos e financiamentos da Companhia não possuíam quaisquer cláusulas específicas de subordinação.

**(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

A Companhia não possui restrições impostas ao emissor, como cláusulas restritivas financeiras (“covenants”), distribuição de dividendos, emissão de novos valores mobiliários e alienação de controle societário. A única restrição é em relação à alienação de ativos incluídos no Plano de Recuperação Judicial.

**g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Empréstimos e Financiamentos

Consolidado - R\$ mil	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	82.746	26.296
Não Circulante	59.551	58.295



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO**

<b>TOTAL</b>	142.297	<b>84.591</b>
--------------	---------	---------------

Em 2023, a dívida bruta foi composta da seguinte maneira:

A dívida bruta referente ao ano de 2023 foi composta da seguinte forma: (i) R\$ 29.523 mil decorrente do financiamento junto ao Banco da Amazônia, (ii) R\$ 33.275 mil relativo ao financiamento junto ao Banco Daycoval (linha FINAME); (iii) R\$ 11.334 mil refere-se a linha de crédito CCE realizado junto ao Banco Sofisa para aquisição de frota de caminhonetes e caminhões para a controlada Sama; e (iii) R\$ 68.165 mil em desconto de recebíveis de exportação (ACE – Adiantamento sobre Cambiais de Exportação).

Os financiamentos contratados já foram integralmente creditados pelas instituições financeiras.

### **h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

As principais variações nas rubricas do balanço patrimonial foram comentadas nos itens 2.1 (a) e (b).

## **2.2 Resultado Operacional e Financeiro**

### **a) Resultados das operações da Companhia**

- (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita**
- (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

As principais variações nas demonstrações de resultado do respectivo exercício são comentadas a seguir:

	<b>Consolidado - R\$ mil</b>		<b>Varição</b>
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>%</b>
RECEITA BRUTA DE VENDA DE PRODUTOS E MERCADORIAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	1.373.599	1.443.665	(4,9)
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	<u>(244.386)</u>	<u>(256.282)</u>	<u>(4,6)</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>1.129.213</b>	<b>1.187.383</b>	<b>(4,9)</b>
CUSTOS DOS PRODUTOS E MERCADORIAS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	<u>(838.412)</u>	<u>(815.442)</u>	<u>2,8</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>290.801</b>	<b>371.941</b>	<b>(21,8)</b>
RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Com vendas*	(115.423)	(108.640)	6,2
Gerais e administrativas e Remuneração da Administração	(96.763)	(102.647)	(5,7)
Resultado financeiro líquido	(11.934)	(11.600)	2,9
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.719)	15.950	-

<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>62.962</b>	<b>165.004</b>	<b>(61,8)</b>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	64.259	(27.291)	=
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>127.221</b>	<b>137.713</b>	<b>(7,6)</b>
Acionistas não controladores	(40)	(111)	(63,9)
<b>LUCRO LÍQUIDO EX NÃO CONTROLADORES</b>	<b>127.181</b>	<b>137.602</b>	<b>(7,6)</b>

- Receita operacional líquida:

A receita líquida atingiu R\$ 1,1 bilhão em 2023, registrando um recuo de 5% frente ao resultado de 2022.

O arrefecimento na demanda da indústria de materiais de construção fez com a receita líquida no segmento de fibrocimento recuasse 6%, totalizando R\$ 765 milhões em 2023.

Com relação ao mercado externo, as exportações de fibra crisotila somaram uma receita líquida de R\$ 364 milhões em 2023, retração de 2% quando comparado a 2022. O recuo se deveu ao pagamento da contribuição ao FUNDEINFRA, taxa instituída pelo Governo de Goiás em 2023 que impactou a receita líquida em R\$ 7,5 milhões, e à limitação na disponibilidade de produto pelas questões operacionais.

- Lucro bruto:

Em 2023, o lucro bruto somou R\$ 291 milhões, retração de 22% quando comparado com o mesmo período de 2022, reflexo de: (i) menor ocupação da capacidade instalada no segmento de fibrocimento; (ii) taxação da receita de exportação da SAMA (FUNDEINFRA); (iii) aumento dos gastos com movimentação de estéril na extração de crisotila.

- Despesas Operacionais:

Despesas com vendas: somaram R\$ 115 milhões em 2023, crescimento de R\$ 6,8 milhões (+6%) frente a 2022, influenciada principalmente, pela constituição atípica de PECLD na carteira de recebíveis de exportação contabilizada no 2T23, com valor acumulado de R\$ 7,8 milhões no ano.

Despesas gerais e administrativas: totalizaram R\$ 97 milhões, apresentando uma redução de R\$ 6 milhões (-5,7%), frente a uma inflação de 4,46% no período (IPCA), refletindo, sobretudo, uma redução na contratação de serviços de terceiros e reversão de provisão constituída relativa ao benefício pós-emprego concedido a ex-colaboradores.

Outras (receitas)/despesas operacionais: resultaram, em 2023, em uma despesa de R\$ 3,7 milhões, frente uma receita de R\$ 16 milhões apurada em 2022. Cabe lembrar que a receita apurada em 2022 foi beneficiada pela venda de ativo imobilizado não operacional, que registrou uma receita não recorrente de R\$ 14,5 milhões, e pela contabilização de créditos extemporâneos no montante de R\$ 5 milhões.

- Resultado financeiro líquido:

No encerramento de 2023, o resultado financeiro líquido gerou uma despesa de R\$ 12 milhões, crescimento de 3% em relação ao valor apurado 2022. A elevação da despesa financeira foi consequência dos seguintes fatores: (i) redução de disponibilidade de caixa em aplicações financeiras; e (ii) juros referentes a antecipações de recebíveis de exportação (ACE) e do financiamento bancário de longo prazo, ambas as dívidas contratadas para fazer frente ao projeto da nova fábrica de fibrocimento em Caucaia-CE. Cabe destacar ainda, a redução da variação cambial

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

sobre os recebíveis em moeda estrangeira em R\$ 12,8 milhões, fruto da aplicação da política de hedge, que utiliza trava cambial como instrumento de proteção.

A receita líquida da Companhia foi distribuída da seguinte forma:

	<b>CONSOLIDADO - R\$ mil</b>			
	<b>2023</b>	<b>%</b>	<b>2022</b>	<b>%</b>
Fibrocimento	743.462	66	781.140	66
Mineral crisotila	364.246	32	373.160	31
Telhas de concreto	18.768	2	21.725	2
Outros	2.737	0	11.358	1
<b>Total</b>	<b><u>1.129.213</u></b>		<b><u>1.187.383</u></b>	<b><u>100</u></b>
<b>Mineral Crisotila</b>				
Mercado Interno	0	0	0	0
Mercado Externo	364.246	100	373.160	100

**Fibrocimento:** inclui a fabricação e venda de telhas e peças complementares, sistemas construtivos e a fibra de polipropileno.

**Mineral crisotila:** inclui a extração, beneficiamento e exportação do mineral crisotila.

**Telhas de concreto:** inclui a fabricação e venda de telhas de concreto.

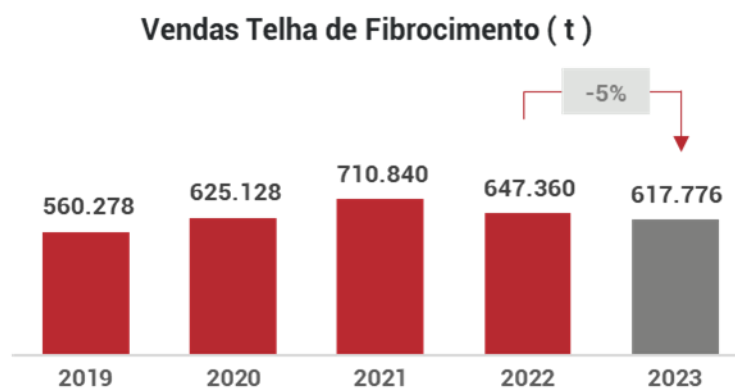
**Outros produtos:** inclui as vendas com as telhas fotovoltaicas e estoques remanescentes da operação descontinuada de louças e metais sanitários.

### b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

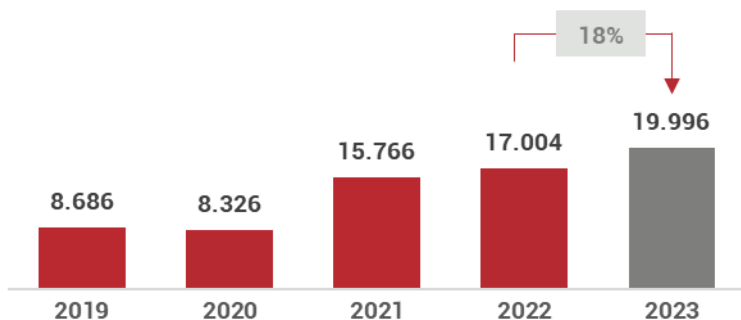
#### Eternit – Segmento Fibrocimento

Em função do arrefecimento na demanda do setor de materiais de construção, as vendas de telhas de fibrocimento somaram 618 mil toneladas em 2023, recuo de 5% frente ao volume vendido no ano de 2022.

Merece destaque o crescimento de 2 p.p. no *market share* da Eternit no 1S23, último dado disponível, estimado com base no volume de venda de cimento para o segmento de fibrocimento reportado pelo Sindicato Nacional da Indústria de Cimento – SNIC.



### Vendas de Sistemas Construtivos ( t )



Em 2023, as vendas de sistemas construtivos, que contempla placas e painéis cimentícios, totalizaram 20 mil toneladas, crescimento de 18% em relação ao volume comercializado em 2022.

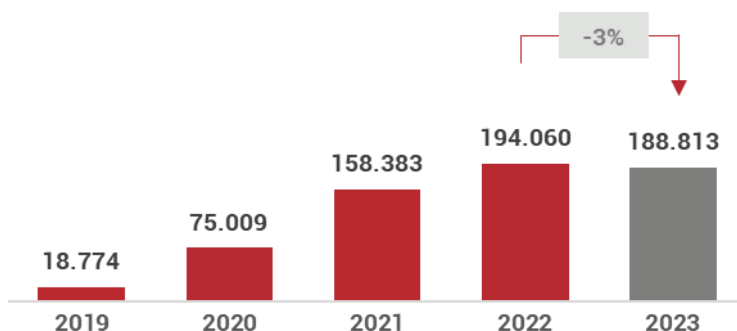
Nos últimos três anos, o segmento acumula um crescimento médio de 33% a.a., evidenciando o potencial desse mercado, associado ao processo de industrialização da construção civil no país.

### Sama – Segmento Mineral Crisotila

As exportações de fibra crisotila somaram 189 mil toneladas, declínio de 3% frente o volume exportado em 2022. O recuo se deve a uma menor disponibilidade de produto, consequência da parada programada para manutenção da unidade industrial em abril e do impacto das chuvas em dezembro, que afetaram o nível de produção.

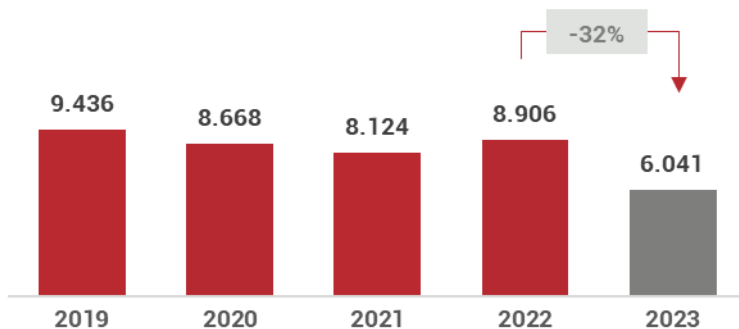
Toda produção da fibra crisotila é destinada exclusivamente ao mercado externo, atividade amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, de 16/07/2019.

### Vendas Mineral Crisotila ( t )



### Tégula – Segmento Telhas de Concreto

#### Vendas Telhas de Concreto (mil peças)



Em 2023, as vendas de telhas de concreto totalizaram 6 milhões de peças, recuo de 32% frente ao volume de vendas apurado em 2022.

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

### **c) Impacto relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

Seguem abaixo as principais taxas indexadoras presentes em nosso plano de negócios, dos últimos dois exercícios sociais:

- i. Os contratos de prestação serviços são geralmente atualizados pelo IGPM/IPCA.
- ii. A massa salarial é atualizada pela pesquisa de mercado Hay e INPC.
- iii. Os insumos e matérias-primas são atualizados por negociação de mercado.
- iv. Taxas de câmbio: A Companhia possui ativos e passivos em moeda estrangeira e realiza o controle da exposição cambial, visando seu equilíbrio, utilizando como instrumento de hedge a trava cambial para proteção dos recebíveis de exportação.
- v. Taxas indexadoras do Plano de Recuperação Judicial: (i) correção integral do CDI, e (ii) taxa pré fixada de 1% a.a.

Adicionalmente, a Companhia adquire matérias-primas com preços denominados em dólar americano, a saber: resina de polipropileno, para produção de fibra de polipropileno, e celulose branqueada, para produção de telha de fibrocimento.

## **2.3 Os diretores devem comentar**

### **a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Não foram identificadas novas normas e interpretações emitidas e alterações não adotadas pela Administração da Companhia, que possam ter impacto no seu resultado ou patrimônio líquido.

### **b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

O relatório do auditor independente relativo às demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício de 2023 não apresentou ressalvas, mas elencou as questões abaixo:

“Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que detalha o Plano de Recuperação Judicial da Companhia (“Plano”) aprovado em Assembleia Geral de Credores e os meios para recuperação judicial a serem utilizados pela Companhia que ainda continuam em curso. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas está atrelada à recuperação judicial. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que informa que a Companhia e suas controladas são parte em diversas ações civis públicas, que aguardam decisão, relacionadas ao ambiente de trabalho, a doenças ocupacionais e a danos morais aos trabalhadores originados pelo uso do amianto. A probabilidade de perda para parte dessas ações, conforme divulgado na referida nota

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

explicativa, foi considerada pelos assessores jurídicos da Companhia como provável, tendo sido constituída, para essa parte, provisão para perda. Não foram divulgados os valores estimados para alguns processos considerados como perda possível, onde os assessores jurídicos não conseguiram realizar a respectiva mensuração, conforme divulgado na referida nota explicativa. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto”.

### 2.4 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

#### a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

#### b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não foi realizado a constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia.

#### c) eventos ou operações não usuais

#### A questão jurídica do mineral crisotila no Brasil

A atividade de exploração e utilização da crisotila é regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/95, Decreto nº 2.350/97 e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Também está prevista na Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A referida Lei foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.066 propostas pela ANAMATRA e pela ANPT perante o Supremo Tribunal Federal (STF), tendo sido julgada em 24 de agosto de 2017, onde cinco votos foram declarados pela procedência da ação e conseqüente inconstitucionalidade da Lei Federal e quatro votos pela sua improcedência e constitucionalidade.

De acordo com o artigo 97 da Constituição Federal, a inconstitucionalidade de uma lei pressupõe voto de ao menos seis dos onze ministros, o que não ocorreu. Dessa forma, a Lei nº 9.055 não foi considerada inconstitucional.

Posteriormente foram julgadas pelo STF as ADIs nº 3.406 e nº 3.470 propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) contra a Lei Estadual do Rio de Janeiro que versam sobre a legalidade do uso da crisotila naquele Estado.

No julgamento, foi declarada, por maioria de votos, a improcedência das referidas ADIs, o que resultou na constitucionalidade da Lei Estadual do Rio de Janeiro. Além disso, foi declarada incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal, com efeito “erga omnes”, ou seja, atingindo todo o território nacional.

Em função da publicação desta decisão, no início de dezembro de 2017, o Grupo suspendeu as atividades de suas controladas Sama (mineradora) e Precon (fabricante de telhas de fibrocimento com utilização da fibra mineral). As demais unidades de produção de telhas de fibrocimento seguiram operando através da utilização da fibra sintética de polipropileno (PP) produzida na unidade de Manaus.

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Entretanto, a autora das ADIs nº 3.406 e nº 3.470 - (CNTI) solicitou à relatora delas a suspensão do efeito “erga omnes” até a publicação do acórdão, o que foi acolhido, permanecendo apenas a proibição nos Estados que proíbem a matéria-prima.

Diante da decisão acima, a Companhia retomou as atividades das controladas Sama e Precon até a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do referido despacho. Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 10 de janeiro de 2019, o Grupo deixou de utilizar a fibra crisotila como matéria-prima na fabricação de telhas de fibrocimento. Atualmente, a produção de telhas se dá exclusivamente com a utilização de fibras sintéticas de polipropileno produzidas em sua unidade de Manaus.

Nesse contexto, a controlada Sama interrompeu a comercialização da fibra mineral de crisotila no mercado nacional, direcionando sua produção exclusivamente para o mercado externo.

Em Fato Relevante divulgado ao mercado em 31 de maio de 2019, o Grupo se viu obrigado a hibernar os ativos da sua controlada Sama. A decisão de hiberná-los se deu pela não apreciação pelo Superior Tribunal Federal (“STF”) do pedido de efeito suspensivo requerido naquele processo até apreciação do mérito dos embargos de declaração, opostos em 08 de fevereiro de 2019. Nos embargos, foi requerida a modulação para o encerramento das atividades de mineração, período no qual a Sama continuaria, exclusivamente, como exportadora da fibra de crisotila.

Em relação à controlada Precon, fabricante de telhas de fibrocimento com utilização da fibra mineral em seu processo produtivo, teve a sua unidade fabril descontinuada em função da proibição do uso do mineral crisotila na fabricação de telhas no território nacional. Nesse sentido, a Administração da Companhia decidiu pela desmobilização da fábrica e transferência dos equipamentos para as unidades da Eternit em Goiânia-GO e Colombo-PR, visando aumento na capacidade produtiva destas unidades e pela alienação do seu terreno.

Ao longo de 2020, a Eternit informou ao mercado que a controlada Sama havia retomado suas atividades, destinando sua produção exclusivamente ao mercado externo, amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, regulamentada pelo Decreto nº 9.518. Dessa forma, a Companhia aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 6.200) proposta pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho contra a referida lei goiana.

Em junho de 2023, as ADIs nº 3.406 e nº 3.470, ajuizadas pela CNTI, mencionadas acima, transitaram em julgado, tendo sido reconhecida a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei Federal 9055/95, com efeitos nacionais, o que em nada impacta nas atividades de exportação da Sama, uma vez que as mesmas estão amparadas pela Lei do Estado de Goiás nº 20.514.

### 2.5 Medições não contábeis

#### a) Informar o valor das medições não contábeis

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 156/22, de 23 de junho de 2022, conforme alterada (Instrução CVM 156/22).

O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pela depreciação e amortização.

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

O EBITDA Recorrente consiste no EBITDA ajustado por eventos não recorrentes.

A Margem EBITDA e EBITDA Recorrente é calculada pela divisão do EBITDA e EBITDA Recorrente pela receita líquida.

O EBITDA e o EBITDA Recorrente não são uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

### b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do EBITDA Consolidado (R\$ mil)	2023	2022
Lucro líquido do período	127.221	137.713
Imposto de renda e Contribuição social	(64.259)	27.291
Resultado Financeiro Líquido	11.934	11.600
Depreciação e amortização	37.652	22.222
<b>EBITDA</b>	<b>112.548</b>	<b>198.826</b>
Eventos não recorrentes	5.447	(12.334)
<b>EBITDA Recorrente</b>	<b>117.995</b>	<b>186.492</b>
Receita Líquida	1.129.213	1.187.383
<b>Margem EBITDA Recorrente</b>	<b>10%</b>	<b>16%</b>

### c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que, apesar de não serem indicadores contábeis, bem como isoladamente não terem eficácia na avaliação da rentabilidade das operações do Grupo, oferecem uma visão geral da lucratividade operacional dos negócios.

## 2.6 Eventos Subsequentes

### Incorporação Confibra Indústria e Comércio LTDA

Em 20 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a incorporação da controlada integral Confibra pela controladora Eternit S.A.

### Lei Ordinária 14.789/2023

Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico.



## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais.

A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro.

Dessa forma, a Companhia ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

### Empréstimo Banco Fibra

Em 09 de fevereiro de 2024, a Companhia tomou empréstimo junto ao Banco Fibra no valor de R\$ 16.860, com vencimento em 09/02/2028. A estrutura de juros para a dívida foi de juros fixos de 0,43% a.m., equivalente a 5,28% a.a., mais índice pós-fixado de 100% do CDI, com carência do principal de 06 meses. Os recursos captados são destinados a aquisição de caminhões da controlada Sama.

### Pagamento de Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 27 de fevereiro de 2024 pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2023, no montante de R\$ 10,1 milhões, correspondente ao valor de R\$ 0,163 por ação ordinária. O pagamento de proventos aos acionistas será realizado em 27/12/2024 sem atualização monetária, mediante aprovação da Assembleia Geral.

## 2.7 Destinação dos Resultados

	2023
<b>Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>O Estatuto Social da Companhia estabelece as seguintes regras sobre retenção de lucros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.</li> <li>(ii) uma parcela poderá, mediante proposta do Conselho de Administração, ser destinada à formação de Reservas para Contingências, nos termos do artigo 195, da Lei nº 6.404/76.</li> <li>(iii) 5% (cinco por cento) serão aplicados na formação da Reserva Estatutária de Manutenção do Capital de Giro, conforme prevista no artigo 32, do presente Estatuto Social.</li> <li>(iv) uma parcela do lucro líquido do exercício poderá, mediante proposta do Conselho</li> </ul>

	<p>de Administração, ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196, da Lei nº 6.404/76, observados os requisitos e limites legais.</p> <p>(v) feitas tais destinações, o saldo remanescente será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório (vinte e cinco por cento), observado o disposto no artigo 32, do presente Estatuto Social;</p> <p>(vi) Após tais destinações, havendo ainda saldo, remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas.</p> <p>Parágrafo único. O pagamento de dividendos aprovados em Assembleia Geral serão efetuados dentro de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da respectiva ata.</p>
<p><b>Valores das retenções de lucros</b></p>	<p><b>Reserva de Subvenção de investimentos:</b> R\$ 4.388 mil  <b>Reserva Legal:</b> R\$ 6.359 mil  <b>Reserva Estatutária:</b> R\$ 6.359 mil  <b>Retenção para Orçamento de Capital:</b> R\$ 79.269 mil  <b>Juros sobre Capital Próprio incorporado ao dividendo mínimo:</b> R\$ 20.735 mil  <b>Dividendos:</b> R\$ 10.071 mil</p>
<p><b>Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b></p>	<p><b>Reserva de Subvenção de investimentos:</b> 3%  <b>Reserva Legal:</b> 5%  <b>Reserva Estatutária:</b> 5%  <b>Retenção para Orçamento de Capital:</b> 62%  <b>Juros sobre Capital Próprio:</b> 16%  <b>Dividendos:</b> 9%</p>
<p><b>Regras sobre distribuição de dividendos</b></p>	<p>Conforme alínea VI do artigo 30 do estatuto social da Eternit, após as retenções das alíneas I, II, III, IV e V descritas no item (a), o lucro será integralmente destinado ao pagamento de dividendos.</p> <p>Artigo 31. Os acionistas da Companhia têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, na forma da lei. Nos exercícios sociais em que não se justificar, ou não houver necessidade de constituição das reservas de que trata a alínea (“ii”), do artigo 30 deste Estatuto, a parcela dos lucros para a qual não houver destinação específica será distribuída como dividendos.</p> <p>§1º. O dividendo previsto no presente artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, devendo o Conselho Fiscal, se em funcionamento, dar parecer sobre essa informação e os administradores encaminharem à CVM, dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, exposição justificativa da informação transmitida à Assembleia Geral.</p> <p>§2º. Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do §1º do presente artigo serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir. A Companhia tem por prática pagar dividendos na forma de Juros sobre o Capital Próprio de acordo com os limites legais, os quais são imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>

<p><b>Periodicidade das distribuições de dividendos</b></p>	<p>Conforme Política aprovada pelo Conselho de Administração, os Juros Sobre o Capital Próprio relativos aos resultados do primeiro, segundo e terceiro trimestres, limitados a 25% do resultado a distribuir, de acordo com o Dividendo Mínimo Obrigatório, serão declarados e pagos conforme descrito abaixo:</p> <p>1º trimestre: Declaração até 15 de maio com pagamento até o último dia útil do mês de setembro do ano em vigor;</p> <p>2º trimestre: Declaração até 15 de agosto com pagamento até o último dia útil do mês de setembro do ano em vigor.</p> <p>3º trimestre: Declaração até 15 de novembro com pagamento até o último dia útil do mês de março do ano subsequente ao resultado auferido.</p> <p>4º trimestre: Declaração até o dia 30 de dezembro com pagamento até o último dia útil do mês de março do ano subsequente ao resultado auferido.</p>
<p><b>Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b></p>	<p>As únicas restrições baseadas no artigo 30 do estatuto social da Companhia foram descritas no item (a), alíneas I, II, III e IV. Para os casos de restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais, não se aplicam.</p>
<p><b>Se a Companhia possui política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede</b></p>	<p>Tipo: Política de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio                  Órgão responsável pela aprovação: Conselho de Administração.                  Data de Aprovação: 30/06/2022                  Locais onde o documento pode ser consultado: Website de RI da Companhia (<a href="http://ri.eternit.com.br">ri.eternit.com.br</a>) e nos sistemas da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (<a href="http://www.cvm.gov.br">www.cvm.gov.br</a>),.</p>

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

### 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
  - (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
  - (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
  - (iii) contratos de construção não terminada
  - (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há ativos e passivos detidos pela Companhia, direta e indiretamente, que não estejam descritas em seu balanço patrimonial referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023.

#### b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos e passivos detidos pela Companhia, direta e indiretamente, que não estejam descritas em seu balanço patrimonial referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023.

### 2.9 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b) natureza e o propósito da operação
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos e passivos detidos pela Companhia, direta e indiretamente, que não estejam descritas em seu balanço patrimonial referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023.

### 2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a) investimentos, incluindo:
  - (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Em 2023, os investimentos da Companhia totalizaram R\$ 208 milhões, sendo R\$ 147 milhões destinados aos projetos estratégicos da unidade Greenfield/Ceará (R\$ 138 milhões) e da ampliação da unidade de Manaus (R\$ 9 milhões). O saldo de R\$ 61 milhões foi destinado a investimentos em modernização e continuidade operacional das unidades.

### ***Greenfield Ceará***

A Companhia concluiu no 4T23 o seu maior projeto dos últimos 50 anos: a nova unidade de fibrocimento em Caucaia-CE.

A nova unidade industrial iniciou a operação em dezembro, disponibilizando para venda cerca de duas mil toneladas de produto acabado, um importante marco na conclusão do projeto.

Com investimento de R\$ 187 milhões, valor integralmente desembolsado, a nova fábrica tem capacidade inicial de 6,5 mil t/mês, com infraestrutura disponível para sua duplicação.

A nova unidade é a mais moderna e sustentável do Grupo, contemplando um gerador Eternit Solar, com capacidade de geração equivalente a 25% do consumo total de energia elétrica da fábrica.

A Eternit desenvolveu um exitoso convênio com o Instituto Federal do Ceará – IFCE, unidade Caucaia, visando à preparação de mão-de-obra de operação e manutenção para a nova unidade. Dessa forma, a Companhia priorizou a contratação de mão-de-obra local, reafirmando o seu compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades em que atua.

### **Ampliação da Unidade de fibra de Polipropileno**

Em 2023, a Companhia seguiu com as atividades para ampliação da capacidade da unidade de Manaus, a Companhia aguarda apenas a chegada dos últimos equipamentos para conclusão do projeto que, está prevista para o 1T24. Com investimento de R\$ 24 milhões, a ampliação da unidade alcançará uma capacidade instalada de 18 mil t/ano de fibra de PP, representando um aumento de 50% na capacidade produtiva.

#### **(ii) fontes de financiamento dos investimentos**

No decorrer de 2023, os investimentos da Companhia foram financiados com capital próprio e de terceiros. Assim, a Companhia realizou a antecipação e recebíveis em moeda estrangeira através do produto ACE – Adiantamento sobre Cambiais Entregue no montante de R\$ 68,2 milhões ao final do exercício de 2023, para fazer frente aos projetos estratégicos e demanda de capital de giro. Além disso, contratou uma linha CCE, de longo prazo, no valor de R\$ 11,3 milhões junto ao Banco Sofisa.

#### **(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há em curso desinvestimentos relevantes.

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

- b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.**

### **Projeto Greenfield Ceará – Nova Unidade de Fibrocimento**

A nova unidade industrial de fibrocimento, localizada na cidade de Caucaia-CE, iniciou a operação assistida no mês de dezembro, disponibilizando para venda cerca de duas mil toneladas de produto acabado. Com capacidade inicial de 78 mil t/a e investimento de R\$ 187 milhões, já integralmente desembolsado, a nova unidade fortalecerá a posição do Grupo Eternit no mercado da região nordeste do País.

- c) novos produtos e serviços, indicando:**

**(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

**(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

### **Telhas Fotovoltaicas**

Dando continuidade ao programa de desenvolvimento da tecnologia das telhas solares, a Companhia realizou a homologação pelo Inmetro de novos modelos de telhas de concreto da Tégula Solar. Estes novos modelos apresentam melhorias significativas em seu desempenho, tornando o sistema de conexão ainda mais acessível e eficiente.

**(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Para fazer frente ao investimento, a Companhia captou, por meio de subscrição privada, R\$ 5,8 milhões destinados à construção da unidade fabril, instalação de projetos piloto de aplicação do produto e gastos com P&D. No encerramento de 2023, o montante imobilizado no projeto de telhas fotovoltaicas totalizou R\$ 16.559 mil.

- d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

Com o compromisso de melhorar a eficiência dos processos de produção industrial e buscar a melhor gestão dos recursos, a Eternit trabalha eliminando desperdícios de insumos e ainda oferecendo produtos com o mínimo impacto ambiental. Entre as medidas adotadas pela Companhia, destaca-se a reciclagem. O reaproveitamento de materiais é comum nas unidades da Eternit, as quais reutilizam os calços de madeira provenientes da estocagem de telhas de fibrocimento para armazenagem, além da utilização da celulose reciclada, papel/papelão, fibra de tecido recuperada e resíduo de calcário na composição para produção de telhas.

Reafirmando o compromisso da Companhia com a transparência e a sustentabilidade do negócio, a Eternit é signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2007, que atualmente mobiliza mais de 14 mil lideranças corporativas em 160 países e apoiadora das Metas do Milênio por meio dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

## 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens desta seção.

## ANEXO 2

ANEXO A  
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO**1. Informar o lucro líquido do exercício**

A Companhia registrou lucro líquido de R\$ 127.181 mil (cento e vinte sete milhões, cento e oitenta e um mil reais).

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados****A título de Juros sobre Capital Próprio:**

R\$ 20.735 mil, sendo: (i) R\$ 4.812 mil declarados em 09/05/2023 e pagos em 29/09/2023 e (ii) R\$ 4.729 mil declarados em 07/11/2023; e R\$ 11.194 mil declarados em 19/12/2023, totalizando R\$ 15.923 mil a serem pagos em 29/03/2024.

**A título de Dividendos:**

R\$ 10.071 mil a serem pagos sem atualização monetária em 27/12/2024, mediante aprovação da Assembleia Geral.

Assim a Eternit declarou proventos no valor bruto de R\$ 30.806 mil referentes ao exercício de 2023, representando uma remuneração bruta de R\$ 0,50/por ação.

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

O percentual do lucro líquido distribuídos de dividendos e JCP líquido do exercício é de 25%.

<b>Destinação do Lucro 2023 - R\$mil</b>	
<b>Lucro do exercício</b>	<b>127.181</b>
<b>(-) Deduções (Lei S.A)</b>	<b>(10.747)</b>
Reserva de incentivos fiscais	(4.388)
Reserva legal (5%)	(6.359)
<b>Lucro à destinar após reservas</b>	<b>116.434</b>

**4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não houve distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.



**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Ações Ordinárias/JCP bruto = R\$ 0,335942 por ação;  
Ações Ordinárias/JCP líquido = R\$ 0,308448 por ação;  
Ações Ordinárias/Dividendos = R\$ 0,163162 por ação;

Ações Ordinárias/(JCP líquido + Dividendos) = R\$ 0,471610 por ação;  
Ações Ordinárias/(JCP bruto + Dividendos) = R\$ 0,499104 por ação;

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

**JCP:** (i) R\$ 4.812 mil a título de Juros sobre Capital Próprio declarados em 09/05/2023 foram pagos em 29/09/2023; e (ii) R\$ 15.923 mil declarados em 07/11/2023 e 19/12/2023 serão pagos em 29/03/2024.

**Dividendos:** R\$ 10.071 mil serão pagos sem atualização monetária em 27/12/2024, mediante aprovação da Assembleia Geral.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.**

Juros sobre Capital Próprio relativos ao 1º trimestre de 2023: R\$ 4.812 mil (declaração em 09/05/2023, data ex-provento 15/05/2023);  
Juros sobre Capital Próprio relativos ao 3º trimestre de 2023: R\$ 4.729 mil (declaração em 07/11/2023, data ex-provento 13/11/2023);  
Juros sobre Capital Próprio relativos ao 4º trimestre de 2023: R\$ 11.194 mil (declaração em 19/12/2023, data ex-provento 26/12/2023);  
Dividendos relativos ao exercício de 2023: R\$ 10.071 mil (declaração em 27/02/2024, data ex-provento 05/03/2024);

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:**

**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

**b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Espécie de ação	Data da deliberação	Provento	Valor Declarado*	Valor por Ação*	Data de pagamento
ON	09/05/2023	JCP	4.811.533,47	0,08	29/09/2023
ON	07/11/2023	JCP	4.728.847,83	0,08	29/03/2024
ON	19/12/2023	JCP	11.194.495,89	0,18	29/03/2024

\*Considera o valor bruto declarado (não inclui o IRRF).

## 7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

### a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2023	2022	2021
Lucro/Prejuízo incluindo minoritários	127.181	137.602	269.446
<b>Valor em R\$ por ação</b>	<b>2,0606</b>	<b>2,2278</b>	<b>4,3612</b>

\*Valores expresso em milhares de reais

### b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2023	2022	2021
Dividendos/JCP - referente às Ações Ordinárias*	R\$ 30.806	R\$ 37.622	R\$ 14.918

\*Valores expresso em milhares de reais.

## 8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

### a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O valor destinado a reserva legal totalizou R\$ 6.359 mil.

### b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Conforme disposto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e no artigo 30 do Estatuto Social da Companhia, foram destinados 5% do lucro líquido para constituição da Reserva Legal, que não excedeu 20% do capital social da Companhia.

Lucro Líquido: R\$ 127.181 mil x 5% = R\$ 6.359 mil

## 9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

### a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável. A Companhia emite apenas ações ordinárias.

### 10. Em relação ao dividendo obrigatório

#### a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

“Artigo 30. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária, observadas as disposições legais aplicáveis e o previsto no presente Estatuto Social, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, respeitada a seguinte ordem de dedução:

- (i) 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia;
- (ii) uma parcela poderá, mediante proposta do Conselho de Administração, ser destinada à formação de Reservas para Contingências, nos termos do artigo 195, da Lei nº 6.404/76;
- (iii) 5% (cinco por cento) serão aplicados na formação da Reserva Estatutária de Manutenção do Capital de Giro, conforme prevista no artigo 32, do presente Estatuto Social;
- (iv) uma parcela do lucro líquido do exercício poderá, mediante proposta do Conselho de Administração, ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196, da Lei nº 6.404/76, observados os requisitos e limites legais;
- (v) feitas tais destinações, o saldo remanescente será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, observado o disposto no artigo 32, do presente Estatuto Social;
- (vi) Após tais destinações, havendo ainda saldo, remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas.

Parágrafo único. O pagamento de dividendos aprovados em Assembleia Geral e a distribuição das ações provenientes de aumento de capital serão efetuados dentro de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da respectiva ata.

“Artigo 31 - Os acionistas da Companhia têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, na forma da lei. Nos exercícios sociais em que não se justificar, ou não houver necessidade de constituição das reservas de que trata a alínea (“ii”), do artigo 30 do Estatuto, a parcela dos lucros para a qual não houver destinação específica será distribuída como dividendos.

- 1º. O dividendo previsto no presente artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, devendo o Conselho Fiscal, se em funcionamento, dar parecer sobre essa informação e os administradores

## **PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO**

encaminharem à CVM, dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, exposição justificativa da informação transmitida à Assembleia Geral.

- 2º. Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do §1º do presente artigo serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir. ”

### **b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

Sim, conforme prevê o estatuto social da Companhia.

### **c. Informar o montante eventualmente retido**

Não houve montante de dividendo retido no exercício de 2023.

## **11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

### **a. Informar o montante da retenção**

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

### **c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável

## **12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

### **a. Identificar o montante destinado à reserva**

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

**c. Explicar por que a perda foi considerada provável**

### **d. Justificar a constituição da reserva**

Não houve destinação de resultado para reserva de contingência no exercício de 2023.

## **13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

**a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar**

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

### 14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

#### a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Conforme artigos 30 (iii) e 32 (1º a 3º), do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido do exercício será destinado para reserva estatutária de Manutenção do Capital de Giro.

“Artigo 30. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária, observadas as disposições legais aplicáveis e o previsto no presente Estatuto Social, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, respeitada a seguinte ordem de dedução:

(...)

(iii) 5% (cinco por cento) serão aplicados na formação da Reserva Estatutária de Manutenção do Capital de Giro, conforme prevista no artigo 32, do presente Estatuto Social;  
(...)”.

“Artigo 32. A Reserva Estatutária de Manutenção do Capital de Giro tem por finalidade assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais da Companhia.

- 1º. Serão destinados à constituição da Reserva de Manutenção do Capital de Giro, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, obedecida a ordem de dedução prevista em lei e pelo presente Estatuto Social.

- 2º. A formação da Reserva Estatutária de Manutenção de Capital de Giro não ultrapassará 10% (dez por cento) do capital social da Companhia.

- 3º. A destinação dos lucros para a constituição da Reserva Estatutária de Manutenção de Capital de Giro não prejudicará o pagamento do dividendo mínimo obrigatório dos acionistas da Companhia. ”

#### b. Identificar o montante destinado à reserva

R\$ 6.359 mil.

#### c. Descrever como o montante foi calculado

Lucro Líquido do exercício: R\$ 127.181 mil \* 5% = R\$ 6.359 mil

### 15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

#### a. Identificar o montante da retenção

R\$ 79.269 mil.

#### b. Fornecer cópia do orçamento de capital

O projeto *Greenfield* de Caucaia-CE foi orçado em R\$ 165 milhões, conforme projeto básico que se encontra disponível na sede da Companhia. No exercício findado em 31/12/2022, foi realizada a retenção de lucros para

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

fazer frente ao projeto no montante de R\$ 75.055 mil. Da mesma forma, no exercício findado em 31/12/2023, a Administração propôs a retenção de R\$ 79.269 mil para execução do orçamento de capital.

A Companhia desembolsou cerca de R\$ 187 milhões no projeto *Greenfield* de Caucaia-CE, sendo R\$ 138 milhões em 2023.

### 16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

#### a. Informar o montante destinado à reserva

R\$ 4.388 mil.

#### b. Explicar a natureza da destinação

A reserva de incentivos fiscais se refere as subvenções governamentais do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (“Produzir”), do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (“Desenvolve”), da Lei Complementar 160 e do Lucro da Exploração através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A reserva de incentivos fiscais poderá ser destinada para subvenção de investimentos nas unidades industriais de fibrocimento ou para possível aumento de capital social da Companhia.

ANEXO 3

Informações dos itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência

7.3 Em relação a cada um dos candidatos aos cargos de membro do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia, indicar em forma de tabela:

a) Conselho de Administração

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo Eletivo a ser Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções exercidos	Eleito pelo Controlador	Membro independente	data de início do primeiro mandatos	Número de mandatos consecutivos
Fausto de Andrade Riberiro	14/02/1978	Administrador e Advogado	343.530.971-72	Membro do Conselho de Administração	09/04/2024	-1	Até AGO de 2026	Membro dos seguintes comitês: Comitê de Recursos Humanos e Estratégico e, Comitê Fotovoltaico	Não <sup>2</sup>	Sim <sup>3</sup>	21/03/2023	1
Erika Lopes Tornice	28/10/1977	Administradora	273.713.868-09	Membro do Conselho de Administração	09/04/2024	-1	Até AGO de 2026	Não aplicado	Não <sup>2</sup>	Sim <sup>3</sup>	09/04/2024	-
Eder Sá Alves Campos	05/12/1985	Administrador e Economista	074.005.806-12	Membro do Conselho de Administração	09/04/2024	-1	Até AGO de 2026	Não Aplicado	Não <sup>2</sup>	Sim <sup>3</sup>	09/04/2024	-
Marcelo Munhoz Auricchio	01/09/1970	Tecnólogo em Gestão Empreendedora e Eletroeletrônica	064.279.098-19	Membro do Conselho de Administração	09/04/2024	-1	Até AGO de 2026	Membro do Comitê Fotovoltaico	Não <sup>2</sup>	Sim <sup>3</sup>	13/04/2011	9
Richard Doern	01/12/1963	Engenheiro de Produção	050.889.168-09	Membro do Conselho de Administração	09/04/2024	-1	Até AGO de 2026	Membro dos seguintes comitês: Comitê de Auditoria não Estatutário e, Comitê de ESG.	Não <sup>2</sup>	Sim <sup>3</sup>	21/03/2023	1

<sup>1</sup>A posse ainda não ocorreu.

<sup>2</sup>A Companhia não possui controlador.

<sup>3</sup>O conceito de membro independente adotado pela Eternit é o expresso no regulamento do Novo Mercado da B3.

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome e setor de atividade da empresa
- cargo
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor**

**Fausto de Andrade Ribeiro**, é formado em Administração de Empresas e Direito, com MBA em finanças e pós-graduação em Economia, com 35 anos de experiência no mercado financeiro, construiu a sua jornada profissional com passagens pelo Banco da Patagônia na Argentina e pelo Banco do Brasil, onde exerceu o cargo de CEO de 2021 até janeiro de 2023.

**Erika Lopes Tornice**, é formada em Administração de Empresas com ênfase em Marketing pela ESPM, com MBA em Marketing na Fundação Dom Cabral, com 20 anos de experiência em organizações globais nas industriais de Serviços e Tecnologia/SaaS, construiu a sua jornada profissional com passagens pela American Express, Vivo, Microsoft, Intuit e RD Station, onde exerce o cargo de Chief Revenue Officer (Vice-Presidente) desde 2018. É palestrante e mentora de startups através da Endeavor.

**Eder Sá Alves Campos**, possui formação em Administração de Empresas e Economia, com MBA Executivo em Gestão de Negócios no IBMEC, com 15 anos de experiência em relacionamento com clientes, transformação digital e inovação nas indústrias de saneamento, agronegócio, family office, consultoria e setor público, tendo ocupado posição de liderança na iniciativa privada e pública. Atualmente é Diretor de Clientes e Soluções Sociais na Fundação Dom Cabral.

**Marcelo Munhoz Auricchio** possui tecnólogo em Gestão Empreendedora e Eletroeletrônica pela Universidade, com MBA em Value Investing. O Sr. Auricchio possui mais de 36 anos de experiência na área industrial, fez carreira no Grupo Mahle Metal Leve e foi sócio e Diretor da Safety / Robótica do Grupo Módena Contric até maio de 2022. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Sabesp e do Grupo Paranapanema

**Richard Doern** é graduado em engenharia de produção, pós-graduado em marketing e controladoria e possui especialização em governança corporativa e gestão de riscos. Atuou por mais de 20 anos como especialista em reestruturação de empresas, liderando processos de transformação organizacional, tendo sido um dos precursores no País a atuar como CEO interino durante diversos processos de *turnaround*. É Conselheiro de Administração e membro de Comitê de Auditoria certificado pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) na categoria “plus” e nos últimos 18 anos atua como membro de Conselhos de Administração e Consultivos, assim como membro de comitês de assessoramento aos Conselhos, tais como de Auditoria, Estratégia, Pessoas e Inovação. Foi Presidente do Conselho da Track & Filed, Grupo Ráscal de restaurantes, Hospitais Leforte e FCC Indústria e Comércio, além de ter sido membro dos conselhos de administração do Grupo Mater e Kinoplex. É professor dos cursos de governança corporativa e de formação de Conselheiros de Administração do IBGC há mais de 12 anos.



## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

- iii. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
  - a. condenação criminal
  - b. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas
  - c. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Todos os candidatos aos cargos de membro do Conselho de Administração da Companhia declaram, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, SUSEP e/ou BACEN e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

**b) Conselho Fiscal**

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo Eletivo a ser Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções exercidos	Eleito pelo Controlador	Membro independente	data de início do primeiro mandatos	Número de mandatos consecutivos
Paulo Henrique Zukanovich Funchal	14/09/1970	Economista	205.351.308-05	Membro Titular do Conselho Fiscal	09/04/2024	- <sup>1</sup>	1 ano	-	Não <sup>2</sup>	Não aplicável	29/04/2013	7
Eurico dos Reis Rodrigues Fróes	12/12/1968	Contador e Advogado	580.117.736-15	Membro Titular do Conselho Fiscal	09/04/2024	- <sup>1</sup>	1 ano	-	Não <sup>2</sup>	Não aplicável	13/12/2022	2
Valmir Pedro Rossi	10/06/1961	Contador	276.266.790-91	Membro Titular do Conselho Fiscal	09/04/2024	- <sup>1</sup>	1 ano	-	Não <sup>2</sup>	Não aplicável	09/04/2024	-
Felipe Camera Ruiz	27/02/1982	Engenheiro de Produção	221.252.258-40	Membro Suplente do Conselho Fiscal	09/04/2024	- <sup>1</sup>	1 ano	-	Não <sup>2</sup>	Não aplicável	20/04/2021	4
Cláudio Renato Ricaldoni Silva	24/08/1977	Contador	031.956.416-90	Membro Suplente do Conselho Fiscal	09/04/2024	- <sup>1</sup>	1 ano	-	Não <sup>2</sup>	Não aplicável	21/03/2023	1
Pedro Zannoni	23/12/1975	Advogado	162..570.758-40	Membro Suplente do Conselho Fiscal	09/04/2024	- <sup>1</sup>	1 ano	-	Não <sup>2</sup>	Não aplicável	09/04/2024	-

<sup>1</sup> A posse ainda não ocorreu.

<sup>2</sup> A Companhia não possui controlador.

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome e setor de atividade da empresa
- cargo
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor**

**Membros Titulares do Conselho Fiscal**

**Paulo Henrique Zukanovich Funchal**, brasileiro, economista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo. Formado em engenharia naval pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP, em economia pela Faculdade de Economia e Administração da USP e mestre em economia da energia pelo Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP. Foi gerente de project finance do Banco Itaú, diretor de desenvolvimento de negócios da Elucid Group, diretor geral da ARMATEK e membro do Conselho Fiscal da Eternit. Atualmente é sócio da ZF Partners Strategy Advisory.

**Eurico do Reis Rodrigues Fróes**, brasileiro, contador e advogado, atua profissionalmente nas áreas contábeis e de controladoria há mais de 30 anos, com experiência consolidada nos setores de construção civil, incorporação imobiliária, siderurgias, telefonia, dentre outros, atendendo empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital aberto. Foi professor universitário no curso de ciências contábeis nas Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo em Minas Gerais. Sócio diretor da PROSSIG Gestão Integrada em Serviços Contábeis Ltda, com sede em Belo Horizonte, MG, prestando serviços de gestão contábil e financeira para empresas de diversos segmentos e Diretor administrativo e financeiro da Bio Prolab Laboratório de Controle de Qualidade Ltda, com sede em Belo Horizonte, MG, que atua no ramo de análises microbiológicas de ar, alimentos, água, fármacos e cosméticos em geral.

**Valmir Pedro Rossi**, brasileiro, com pós-graduação em Finanças pela Universidade de Caxias do Sul e em Marketing pela PUC Rio de Janeiro, com MBA em Administração Geral pela USP e Gestão de Negócios pela UNB-Brasília. Sr. Valmir construiu a sua trajetória profissional atuando como Contador das empresas Casfor e Bertol S.A e como membro do Conselho de Administração e Fiscal nas empresas Gerdau S.A, Brasilprev S.A, CSN S.A, Banco da Amazônia, BB Seguridade, Kleper S.A. Atualmente é Conselheiro Fiscal das empresas Cadam S.A e Randon S.A.

**Membros Suplentes do Conselho Fiscal**

**Felipe Camera Ruiz**, brasileiro, sócio fundador da AGF e Boa Vista Investimentos. Ocupou cargos de alta gestão na Restaurant Brands International (3G Capital), Booz & Company, General Motors e Mercedes-Benz, entre outras.

**Cláudio Renato Ricaldoni Silva**, brasileiro, Contador com atuação profissional na área tributária há mais de 27 anos, sendo os últimos 13 anos dedicados especificamente a negócios imobiliários. Foi Gerente Tributário na

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Deloitte por 10 anos, atuou como Head de Tributos na MRV&Co e atualmente é responsável pela área tributária com ênfase em negócios imobiliários do escritório Lacerda Diniz Sena Advogados. Ademais, é empreendedor social, conselheiro do Instituto Galo, membro do Movimento por Uma Cultura e Embaixador do Capitalismo Consciente.

**Pedro Zannoni**, brasileiro, é formado em Direito pela Universidade Paulista, com MBA em Administração de Empresas e Programa de Desenvolvimento Executivo na Wharton Business School. Sr. Pedro, construiu a sua jornada profissional em empresas globais com passagens pela Amer Sports, Puma Sports, Adidas, Asics e Lacoste, onde exerce o cargo de CEO.

### **iii. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

- a. condenação criminal**
- b. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas**
- c. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Todos os candidatos aos cargos de membro do Conselho Fiscal da Companhia e seus respectivos suplentes declaram, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, SUSEP e/ou BACEN e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

### **7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.**

Os comitês que existem na Companhia são, em sua maioria, compostos por membros da Alta Administração. A composição dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria não Estatutário serão nomeados na primeira RCA após a AGO.

### **7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

#### **a) administradores do emissor**

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco entre candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia.

#### **b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas.

#### **c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor.

#### **d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

### **7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

#### **a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social**

Não aplicável aos candidatos a membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia

#### **b) controlador direto ou indireto do emissor**

## **PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO**

Não houve relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, entre candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia e controlador direto ou indireto do emissor.

**c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não houve relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, entre candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia e fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes, do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

ANEXO 4

Atendendo ao disposto no artigo 13, incisos I e II da Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022, a Companhia vem disponibilizar as seguintes informações:

Informações do item 8 do formulário de referência.

Remuneração dos administradores

**8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Política de Remuneração dos Administradores Eternit (“Companhia”) disponível no site de Relações com Investidores ([ri.eternit.com.br](http://ri.eternit.com.br)), contemplando os membros do Conselho de Administração e Diretores, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 2006, com revisões em 2017 e 2022 estando em linha com as melhores práticas de governança corporativa, considerando o porte da empresa, as práticas de mercado e a qualidade de recursos humanos.

A remuneração da Administração é composta pelas parcelas fixa e variável, estabelecidas de acordo com pesquisas de mercado e a metodologia Hay, observando a consistência interna da empresa, competitividade externa, motivação profissional e transparência administrativa. A existência da prática de remuneração variável, entre curto e longo prazo, permite o compartilhamento do risco e do resultado da Companhia com seus principais executivos e conselheiros, característica de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros e a perpetuidade da Companhia.

**b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

**i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

A empresa conta com especialistas na área de Recursos Humanos que analisam e estruturam a política de remuneração fixa e variável a ser adotada e submete ao Comitê Estratégico e Recursos Humanos e à aprovação posterior do Conselho de Administração. Quando necessário o Conselho de Administração conta com o apoio de empresas de consultoria especializada.

**ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

A política de remuneração está estruturada formalmente utilizando a metodologia Hay para a descrição, análise e determinação do peso de cada executivo. O valor da remuneração é resultado de pesquisas de mercado, limites da situação econômico-financeira da Companhia e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

Como regra geral, seu posicionamento é manter a remuneração dentro da Mediana do Mercado, comparadas através de pesquisas salariais periódicas.

### **iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

Anualmente, e sempre que necessário, a área de Recursos Humanos apresenta para o Conselho de Administração uma análise da remuneração dos administradores, com base na avaliação de desempenho do Diretor, pesquisa de mercado e nos limites da situação econômico-financeira da Companhia, propondo ajustes se necessários.

#### **c) composição da remuneração, indicando:**

##### **i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

#### **Conselho de Administração**

Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa e variável. O conselheiro receberá uma remuneração mensal fixa paga até o último dia de cada mês e podendo ser corrigida anualmente. A remuneração variável é integralmente de longo prazo, que tem como objetivo estimular a atuação e o comprometimento do Conselheiro para o melhor desempenho do Grupo Eternit, é apurada com base em múltiplos da remuneração fixa, condicionada ao cumprimento integral do mandato e atingimento de meta de Lucro Líquido da Companhia, sendo paga através da conversão do valor apurado em ações ETER3 adquiridas pela Eternit no mercado e mantidas em Tesouraria pelo período de vesting, conforme detalhado em documento próprio (Plano de Outorga).

O Presidente do Conselho de Administração recebe um valor diferenciado na sua remuneração fixa equivalente a um adicional de 50% frente à remuneração dos demais conselheiros. Todos os membros do Conselho possuem o mesmo múltiplo de remuneração fixa utilizado para o cálculo da remuneração variável.

#### **Diretoria**

Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável. O diretor receberá uma remuneração mensal fixa paga até o último dia de cada mês e corrigida anualmente com base na avaliação do desempenho pretérito do diretor e pesquisa de mercado utilizando a metodologia de pontos Hay e nos limites da situação econômico-financeira da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

A parte variável do diretor é composta por uma parcela de curto prazo e outra de longo prazo, de acordo com o atingimento de metas e resultados definidos pelo Conselho de Administração.

O bônus de incentivo anual, de curto prazo, será calculado sobre a remuneração de dezembro do respectivo ano e pago ao diretor em parcela única, após apuração das metas e resultados e aprovação das demonstrações contábeis



## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

na Assembleia Geral Ordinária (AGO). Exceções de pagamento antes da AGO poderão ser aprovados pelo Conselho de Administração, justificadamente.

O bônus de incentivo trienal, de longo prazo, será devido e apurado anualmente, com base na remuneração de dezembro do ano da apuração do diretor e de acordo com as metas definidas em documentos próprios, e pago até o final do mês de abril do 3º (terceiro) ano subsequente ao ano da apuração e após a aprovação das demonstrações contábeis em Assembleia Geral Ordinária (AGO), sendo atualizado pelo IPCA no período entre apuração e pagamento, sendo que 50% do valor líquido de impostos deste bônus deverá ser utilizado para aquisição de ações da Companhia, através de uma corretora de mercado utilizada pelo diretor, devendo o diretor comprovar a aquisição das ações no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data em que foi efetivado o pagamento do bônus pertinente, ficando vedado dispor das mesmas ações pelo prazo de 1 (um) ano a contar da data da respectiva aquisição.

O Conselho de Administração poderá, excepcional e justificadamente, alterar as regras de pagamento do bônus de incentivo trienal, incluindo, mas sem se restringir a, antecipar parte do bônus ou acumular as métricas de curto e de longo prazos.

Não ocorrendo o atingimento das metas e resultados definidos, não haverá pagamento destes bônus, e em caso de não atingimento integral, mas dentro do mínimo estabelecido, o pagamento será proporcional ao resultado atingido.

Esta prática faz com que os Diretores compartilhem o risco e o resultado com a Companhia, permitindo assim um maior alinhamento de interesses entre os executivos e acionistas. O objetivo da remuneração variável é recompensar pelo resultado do ano, no caso de atingimento das metas estipuladas para o período.

Ocorrendo a renúncia, destituição ou o afastamento do Diretor do seu cargo de Administrador, por motivo imputado ao mesmo, ficará encerrado e caducará, na data de tal evento, o direito do Diretor ao bônus de incentivo variável trienal em relação ao qual não se tenha completado o respectivo período trienal. Apenas o bônus de incentivo anual variável relativo ao ano calendário em que se verificar esse evento de desligamento, se devido, será apurado proporcionalmente aos meses desse mesmo ano em que o Diretor tenha permanecido no seu cargo, para pagamento até o final do mês de abril do ano subsequente e após a aprovação das demonstrações contábeis em Assembleia Geral Ordinária.

Os membros da diretoria têm direito aos benefícios diretos e indiretos, compreendidos por: assistência médica e odontológica, seguro de vida, check-up anual, veículo, entre outros.

Os membros da diretoria têm direito ao benefício pós-emprego, o qual se refere à previdência privada. Os valores são descritos nos itens 8.2 e 8.14 desta proposta.

A Companhia conta com uma Diretoria Financeira e de Recursos Humanos que analisa em conjunto com o Comitê Estratégico e Recursos Humanos a política de remuneração fixa e variável a ser adotada e submete, posteriormente, para aprovação do Conselho de Administração.

### **Conselho Fiscal**

Desde 2013, a Companhia possui Conselho Fiscal, de forma não permanente, nos termos do artigo 161 da Lei 6.404.

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus somente à remuneração fixa, que não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da média da remuneração atribuída aos Diretores, não computados benefícios, verbas de representação, bônus e ou participação nos lucros. Não há diferenciação na remuneração entre o Coordenador e demais membros do Conselho Fiscal.

A remuneração será apurada e paga mensalmente aos membros do Conselho Fiscal e o crédito em conta ocorrerá no último dia útil do mês.

As despesas necessárias ao comparecimento às reuniões ou ao desempenho das funções dos membros do Conselho Fiscal, titular e suplente (quando convocado), são ressarcidas pela Companhia, na forma das disposições legais vigentes, mediante a apresentação dos comprovantes de despesas.

### Comitês

Todos os membros dos Comitês da Companhia que são administradores ou colaboradores não recebem remuneração adicional pelo fato de participarem dos Comitês.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

#### Remuneração Global – Prevista para o exercício social 2023

2023	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Salário ou pró-labore	46,16%	100,00%	47,14%
Benefícios	0,00%	0,00%	5,36%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Remuneração fixa)	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	53,84%	0,00%	43,15%
Participação de resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Remuneração variável)	0,00%	0,00%	0,00%
Pós-emprego	0,00%	0,00%	4,35%
Indenizações	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

#### Remuneração Global – Prevista para o exercício social 2022

2022	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Salário ou pró-labore	43,55%	100,00%	50,15%
Benefícios	0,00%	0,00%	5,13%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Remuneração fixa)	0,00%	0,00%	0,00%

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO**

Bônus	56,45%	0,00%	40,10%
Participação de resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Remuneração variável)	0,00%	0,00%	0,00%
Pós-emprego	0,00%	0,00%	4,62%
Indenizações	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

**Remuneração Global – Prevista para o exercício social 2021**

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Salário ou pró-labore	22,30%	100,00%	46,38%
Benefícios	0,00%	0,00%	5,35%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Remuneração fixa)	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	77,70%	0,00%	44,01%
Participação de resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Remuneração variável)	0,00%	0,00%	0,00%
Pós-emprego	0,00%	0,00%	4,26%
Indenizações	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Esses percentuais podem variar em função de mudanças da política de remuneração variável da Companhia no período.

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus Administradores são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma a aferir a sua competitividade e, se necessário, realizar reajuste ou adequação em algum dos componentes da remuneração.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Para a determinação dos itens de remuneração variável são levados em consideração o desempenho de cada Diretor através dos resultados atingidos em indicadores financeiros, estratégicos e operacionais, com prevalência do indicador financeiro EBITDA. A remuneração variável está diretamente atrelada ao cumprimento das metas anuais da Companhia, negociadas e aprovadas pelo Conselho de Administração.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO**

**ii. razões que justificam a composição da remuneração**

A Companhia adota um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela significativa da remuneração total dos administradores nos componentes variáveis, com uma política de compartilhamento do risco e resultado da Companhia.

**iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Todos os membros da Administração são remunerados.

**d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não aplicável.

**e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não aplicável.

**8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

**Remuneração Global – Prevista para o exercício social 2024**

2024*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros (1)	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados (1)	5,00	3,00	4,00	12,00
<b>REMUNERAÇÃO FIXA</b>				
Salário	1.580	392	5.339	7.311
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	651	651
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>REMUNERAÇÃO VARIÁVEL</b>				
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Bônus de Curto Prazo	-	-	2.778	2.778
Bônus de Longo Prazo**	1.860	-	2.025	3.885
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
<b>BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO</b>				
Benefício Pós-emprego	-	-	484	484

BENEFÍCIOS MOTIVADOS PELA CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO				
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUINDO OPÇÕES				
***Remuneração baseada em ações, incluindo opções	1.860	-	-	-
Total	3.440	392	11.277	15.109

\* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

\*\* Bônus de Longo Prazo dos membros do Conselho de Administração é integralmente baseado em ações.

\*\*\* Remuneração baseada em ações dos membros do Conselho de Administração é contabilizada no Bônus de Longo Prazo.

(1) Calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

### Remuneração Global – Prevista para o exercício social 2023

2023*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros (1)	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados (1)	5,00	3,00	4,00	12,00
REMUNERAÇÃO FIXA				
Salário	1.537	367	5.146	7.050
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	585	585
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL				
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Bônus de Curto Prazo	-	-	2.678	2.678
Bônus de Longo Prazo**	1.793	-	2.033	3.826
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO				
Benefício Pós-emprego	-	-	475	475
BENEFÍCIOS MOTIVADOS PELA CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO				
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUINDO OPÇÕES				
***Remuneração baseada em ações, incluindo opções	1.793	-	-	-
Total	3.330	367	10.917	14.614

\* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

\*\* Bônus de Longo Prazo dos membros do Conselho de Administração é integralmente baseado em ações.

\*\*\* Remuneração baseada em ações dos membros do Conselho de Administração é contabilizada no Bônus de Longo Prazo.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO**

(1) Calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

**Remuneração Global – exercício social encerrado em 2023**

2023*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros (1)	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados (1)	5,00	3,00	4,00	12,00
<b>REMUNERAÇÃO FIXA</b>				
Salário	1.494	362	5.022	6.878
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	521	585
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros****	-	-	1.258	1.258
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
<b>REMUNERAÇÃO VARIÁVEL</b>				
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Bônus de Curto Prazo	-	-	1.427	1.427
Bônus de Longo Prazo**	713	-	771	1.484
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
<b>BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO</b>				
Benefício Pós-emprego	-	-	447	447
<b>BENEFÍCIOS MOTIVADOS PELA CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO</b>				
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
<b>REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUINDO OPÇÕES</b>				
***Remuneração baseada em ações, incluindo opções	713	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.207</b>	<b>362</b>	<b>9.446</b>	<b>12.015</b>

\* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

\*\* Bônus de Longo Prazo dos membros do Conselho de Administração é integralmente baseado em ações.

\*\*\* Remuneração baseada em ações dos membros do Conselho de Administração é contabilizada no Bônus de Longo Prazo.

\*\*\*\* Contabiliza verbas rescisórias e de contratação decorrentes de substituição de membro da Diretoria

(1) Calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

**Remuneração Global – exercício social encerrado em 2022**

2022*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros (1)	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados (1)	5,00	3,00	4,00	12,00
<b>REMUNERAÇÃO FIXA</b>				
Salário	1.420	340	4.512	6.273

Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	461	461
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
<b>REMUNERAÇÃO VARIÁVEL</b>				
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Bônus de Curto Prazo	145	-	1.620	1.765
Bônus de Longo Prazo**	1.695	-	1.988	3.683
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
<b>BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO</b>				
Benefício Pós-emprego	-	-	416	416
<b>BENEFÍCIOS MOTIVADOS PELA CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO</b>				
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
<b>REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUINDO OPÇÕES</b>				
***Remuneração baseada em ações, incluindo opções	1.695	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.260</b>	<b>340</b>	<b>8.997</b>	<b>12.597</b>

\* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

\*\* Bônus de Longo Prazo dos membros do Conselho de Administração é integralmente baseado em ações.

\*\*\* Remuneração baseada em ações dos membros do Conselho de Administração é contabilizada no Bônus de Longo Prazo.

(1) Calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

### Remuneração Global – exercício social encerrado em 31/12/2021

2021*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros (1)	5,00	3,00	3,42	11,42
Número de Membros remunerados (1)	5,00	3,00	3,42	11,42
<b>REMUNERAÇÃO FIXA</b>				
Salário	1.173	315	3.590	5.078
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	414	414
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
<b>REMUNERAÇÃO VARIÁVEL</b>				
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Bônus de Curto Prazo	4.088	-	2.028	6.116
Bônus de Longo Prazo**	-	-	1.378	1.378
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO**

Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
<b>BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO</b>				
Benefício Pós-emprego	-	-	330	330
<b>BENEFÍCIOS MOTIVADOS PELA CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO</b>				
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
<b>REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUINDO OPÇÕES</b>				
***Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Total	5.261	315	7.740	13.316

\* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

**8.3 Em relação à remuneração variável dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

**Remuneração variável – Previsto para o exercício social 2024**

2024*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados (1)	5,00	3,00	4,00	12,00
<b>BÔNUS DE CURTO PRAZO</b>				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	2.788	2.788
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	2.788	2.788
<b>BÔNUS DE LONGO PRAZO</b>				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	1.860	-	2.025	3.885
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	1.860	-	2.025	3.885
<b>PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS</b>				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	1.860	-	4.813	6.673



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO**

Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atingidas	1.860	-	4.813	6.673
---	-------	---	-------	-------

\*Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SP

**Remuneração variável – Previsto para o exercício social 2023**

2023*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados (1)	5,00	3,00	4,00	12,00
<b>BÔNUS DE CURTO PRAZO</b>				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	2.678	2.678
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	2.678	2.678
<b>BÔNUS DE LONGO PRAZO</b>				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	1.793	-	2.033	3.826
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	1.793	-	2.033	3.826
<b>PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS</b>				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	1.793	-	4.711	6.504
Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atingidas	1.793	-	4.711	6.504

\*Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SP

**Remuneração variável – exercício social encerrado 2023**

2023*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados (1)	5,00	3,00	4,00	12,00
<b>BÔNUS DE CURTO PRAZO</b>				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	2.678	2.678
Valor efetivamente reconhecimento no plano de remuneração	-	-	1.427	1.427
<b>BÔNUS DE LONGO PRAZO</b>				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	1.793	-	2.033	3.831
Valor efetivamente reconhecimento no plano de remuneração	713	-	771	1.484
<b>PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS</b>				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	1.793	-	4.711	6.504
Valor efetivamente reconhecimento no plano de remuneração	713	-	2.198	2.911

\*Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SP

**Remuneração variável – exercício social encerrado em 2022**

2022*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados (1)	5,00	3,00	4,00	12,00
<b>BÔNUS DE CURTO PRAZO</b>				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	246	-	2.414	2.660

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO**

Valor efetivamente reconhecimento no plano de remuneração	145	-	1.620	1.765
<b>BÔNUS DE LONGO PRAZO</b>				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	1.695	-	2.306	4.001
Valor efetivamente reconhecimento no plano de remuneração	1.695	-	1.988	3.683
<b>PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS</b>				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	1.941	-	4.720	6.661
Valor efetivamente reconhecimento no plano de remuneração	1.840	-	3.608	5.448

\*Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SP

**Remuneração variável - exercício social encerrado em 2021**

2021*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	3,42	11,42
Número de Membros remunerados (1)	5,00	3,00	3,42	11,42
<b>BÔNUS DE CURTO PRAZO</b>				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	4.088	-	2.028	6.116
Valor efetivamente reconhecimento no plano de remuneração	4.088	-	2.028	6.116
<b>BÔNUS DE LONGO PRAZO</b>				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	1.378	1.378
Valor efetivamente reconhecimento no plano de remuneração	-	-	1.378	1.378
<b>PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS</b>				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	4.088	-	3.406	7.494

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO**

Valor efetivamente reconhecido no plano de remuneração	4.088	-	3.406	7.494
--	-------	---	-------	-------

\*Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SP

**8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:**

- a) Termos e condições gerais**
- b) data de aprovação e órgão responsável**
- c) número máximo de ações abrangidas**

**Diretoria**

A Companhia estabeleceu a obrigação da destinação para aquisição de ações de 50% do bônus de longo prazo, líquido de impostos, auferido pelos membros da Diretoria. Entretanto, tal obrigação não caracteriza uma remuneração baseada em ações.

Este plano foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2006, com alteração em 2017.

**Conselho de Administração**

Implementado a partir de janeiro de 2022, o Plano de Outorgas de Ações para os Conselheiros de Administração visa estimular a atuação e o comprometimento do Conselheiro de Administração para o melhor desempenho do Grupo Eternit no longo prazo. O Plano está condicionado ao cumprimento integral do mandato do conselheiro e ao atingimento de meta de Lucro Líquido da Companhia, sendo o bônus apurado com base em múltiplos da remuneração fixa e pago através da conversão do valor apurado em ações ETER3 adquiridas pela Eternit no mercado e mantidas em Tesouraria pelo período de *vesting*, conforme detalhado em documento próprio (Plano de Outorga).

O plano de aquisição de ações para os Diretores e o plano de outorgas para os Conselheiros de Administração não preveem um número máximo de ações abrangidas, sendo limitado em decorrência do valor máximo de remuneração variável estabelecido, definida pelo múltiplo do valor de remuneração fixa de cada administrador.

**d) número máximo de opções a serem outorgadas**

Não aplicável.

**e) condições de aquisição de ações**

O Diretor deverá utilizar 50% do valor líquido recebido, em espécie, a título de bônus de incentivo de longo prazo para aquisição de ações da Companhia no mercado, através de uma corretora de sua preferência, devendo o Diretor comprovar a aquisição destas ações no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data em que foi efetivado o

## **PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO**

pagamento do bônus pertinente, ficando vedado de dispor das mesmas ações pelo prazo de 1 (um) ano a contar da data da respectiva aquisição.

O Plano de Outorgas para os Conselheiros de Administração prevê que a remuneração variável de longo prazo será apurada ao término de cada exercício e o montante será convertido em ações adquiridas pela Companhia no mercado, no 5º pregão após realização da AGO, e mantidas em Tesouraria pelo período de *vesting*.

### **f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O valor da ação para os Diretores será o valor praticado no mercado por ocasião da aquisição, através de transações feitas diretamente pelo Diretor por meio de corretora de sua preferência.

O plano de outorgas para os Conselheiros de Administração prevê a compra de ações pela Companhia ao preço de mercado por ocasião da aquisição no 5º pregão após AGO.

### **g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício**

A Diretoria tem 90 (noventa) dias após o pagamento do incentivo de longo prazo para aquisição das ações, que deverão ser mantidas pelo prazo de 1 (um) ano.

O exercício da outorga das ações aos Conselheiros de Administração, ocorre um ano após o término do mandato, independentemente da recondução do administrador. Após a transferência das ações não há prazo de retenção das mesmas pelos Conselheiros.

### **h) forma de liquidação**

Não se aplica em relação ao plano de aquisição de ações da Diretoria.

Em relação ao plano de outorga para membros do Conselho de Administração, a liquidação se dará pela transferência das ações mantidas em tesouraria pela Companhia para os Conselheiros.

### **i) restrições à transferência das ações**

O Diretor não poderá dispor das ações pelo prazo de 1 (um) ano a contar da data da respectiva aquisição.

Não há restrição à transferência das ações no plano de outorgas dos Conselheiros de Administração.

### **j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O plano pode ser alterado, suspenso ou extinto pelo Conselho de Administração, não existindo critérios preestabelecidos para tal.

### **k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Em caso de desligamento do Diretor por iniciativa da empresa, o Diretor terá direito ao bônus de incentivo trienal relativos aos valores já apurados e devidos e ainda não quitados, mantido o cronograma de pagamento descrito no item “h”, sem, contudo, o compromisso de aquisição de ações com 50% dos recursos líquido auferidos. Caso o desligamento seja iniciativa do Diretor, não será devido o bônus de incentivo trienal que não tenha completado

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

integralmente o respectivo período de 3 (três) anos. Quanto às ações já adquiridas, cessa a obrigação de retenção das referidas ações pelo prazo de um ano, conforme descrito no item “i”, visto que, a partir do momento da saída do administrador, as ações passam a fazer parte do *free-float* da Companhia.

O plano de outorga para os Conselheiros de Administração condiciona a transferência das ações ao cumprimento integral do mandato.

### 8.5 Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais a à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Não aplicável, pois o Plano de Aquisições da Diretoria e do Conselho de Administração consiste em política de remuneração variável que não contemplam opções de compra de ações.

### 8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável.

### 8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável.

### 8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

#### Remuneração baseada em ações – Previsto para o exercício social 2024

2024*	Conselho de Administração**	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária***	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados <sup>(1)</sup>	5,00	3,00	4,00	12,00
<b>REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUINDO OPÇÕES</b>				
Remuneração baseada em ações	1.860	-	-	-

\* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

\*\* Remuneração baseada em ações dos membros do Conselho de Administração é contabilizada no Bônus de Longo Prazo.

\*\*\* Não aplicável para a Diretoria.

<sup>(1)</sup> Calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

**Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 2023**

2023*	Conselho de Administração**	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária** *	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados <sup>(1)</sup>	5,00	3,00	4,00	12,00
<b>REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUINDO OPÇÕES</b>				
Remuneração baseada em ações	713	-	-	713

\* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

\*\* Remuneração baseada em ações dos membros do Conselho de Administração é contabilizada no Bônus de Longo Prazo.

\*\*\* Não aplicável para a Diretoria.

<sup>(1)</sup> Calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

**Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 2022**

2022*	Conselho de Administração**	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária** *	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados <sup>(1)</sup>	5,00	3,00	4,00	12,00
<b>REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUINDO OPÇÕES</b>				
Remuneração baseada em ações	1.695	-	-	1.695

\* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

\*\* Remuneração baseada em ações dos membros do Conselho de Administração é contabilizada no Bônus de Longo Prazo.

\*\*\* Não aplicável para a Diretoria.

<sup>(1)</sup> Calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

**Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 2021**

2021*	Conselho de Administração**	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária***	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados <sup>(1)</sup>	5,00	3,00	4,00	12,00
<b>REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUINDO OPÇÕES</b>				
Remuneração baseada em ações <sup>(2)</sup>	-	-	-	0

\* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

\*\* Remuneração baseada em ações dos membros do Conselho de Administração é contabilizada no Bônus de Longo Prazo.

\*\*\* Não aplicável para a Diretoria.

<sup>(1)</sup> Calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO**

<sup>(2)</sup>O Plano de remuneração baseada em ações para os Conselheiros de Administração foi implementado a partir de janeiro de 2022.

**8.10 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não aplicável.

**8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais**

**Ações entregues – exercícios sociais encerrados em 2022 e 2023**

2022 e 2023	Conselho de Administração*	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária*	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados <sup>(1)</sup>	5,00	3,00	4,00	12,00
<b>AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES</b>				
Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações <sup>(2)</sup>	-	-	-	0

\* O Plano de remuneração baseada em ações para os Conselheiros de Administração foi implementado a partir de janeiro de 2022, sendo contabilizado no Bônus de Longo Prazo. As ações relativas ao mandato de 2022 e 2023 serão entregues em 2025.

\*\* Não aplicável para a Diretoria.

<sup>(1)</sup> Calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

**Ações entregues – exercício social encerrado em 2021**

2021	Conselho de Administração*	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária**	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados <sup>(1)</sup>	5,00	3,00	4,00	12,00
<b>AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES</b>				
Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações	-	-	-	0

\* O Plano de remuneração baseada em ações para os Conselheiros de Administração foi implementado a partir de janeiro de 2022.

\*\* Não aplicável para a Diretoria.

<sup>(1)</sup> Calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

**8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:**

O valor da ação para os Diretores será o valor praticado no mercado por ocasião da aquisição, através de transações feitas diretamente pelo Diretor por meio de corretora de sua preferência.



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO**

O plano de outorgas para os Conselheiros de Administração prevê a compra de ações pela Companhia ao preço de mercado por ocasião da aquisição no 5º pregão após AGO.

**8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos Diretores estatutários:**

<b>2023</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
Número total de Membros	5,00	4,00
Número de Membros remunerados	5,00	4,00
Nome do plano	N/A	- Bradesco Vida e Previdência
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	- 4 para aposentadoria normal
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	- Bradesco Vida e Previdência (45 anos de idade com 3 anos de empresa e término de contrato com a empresa)
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 2.317.731
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 446.690
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	<p>Duas situações:</p> <p>1ª – No desligamento, antes de atingir as condições mínimas para aposentadoria normal ou antecipada, o diretor desligado resgatará a totalidade das suas contribuições individuais. Com relação às contribuições realizadas pela empresa, o diretor pode resgatar de acordo com tempo de casa e idade</p> <p>2ª – Especificamente, no plano do Bradesco, podem ser realizados os resgates da conta básica do participante. Porém existe a penalidade, de perda do valor proporcional das contribuições efetuadas pela empresa.</p>

**8.15 Em forma de tabela, indicar, para os últimos 3 exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:**

<b>2023*</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
Número de Membros	5,00	3,00	4,00
Número de Membros remunerados	5,00	3,00	4,00
Valor da maior remuneração anual individual**	485	121	2.225
Valor da menor remuneração anual individual**	59	26	1.604
Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)***	441	121	2.362

\* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros e número de membros remunerados  
 \*\* Membros do CA, CF e da Diretoria receberam remuneração proporcional ao período de mandato em 2023  
 \*\*\* Contabiliza verbas rescisórias e de contratação decorrentes de substituição de membro da Diretoria

<b>2022*</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
Número de Membros	5,00	3,00	4,00
Número de Membros remunerados	5,00	3,00	4,00
Valor da maior remuneração anual individual	889	113	3.948
Valor da menor remuneração anual individual	593	113	1.314
Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	652	113	2.250

\* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros e número de membros remunerados.

<b>2021*</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
Número de Membros**	5,00	3,00	3,42
Número de Membros remunerados	5,00	3,00	3,42
Valor da maior remuneração anual individual	1.463	105	3.629
Valor da menor remuneração anual individual***	975	105	1.725
Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	1.052	105	2.263

\*Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros e número de membros remunerados.  
 \*\* Membro da Diretoria exerceu sua função proporcionalmente em 2021.  
 \* Os valores apurados da menor remuneração excluíram membros que exerceram período inferior a 12 meses nos respectivos cargos.

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

### **8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.**

O Diretor destituído do seu cargo, por solicitação da Companhia, terá direito a um aviso prévio de 04 (quatro) meses, podendo ser trabalhado ou indenizado.

Não há outros arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

### **8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam deste assunto.**

Não aplicável. A Companhia não tem acionista controlador.

### **8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.**

Não aplicável. Não há valores reconhecidos no resultado da Companhia nos últimos três exercícios como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que não sejam em razão da função que ocupam.

### **8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

A Companhia não tem acionista controlador e, portanto, também não há sociedades em controle comum com a Companhia. Não há valores reconhecidos no resultado de controladas da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

### **8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item 8.

## ANEXO 5

### Instruções para preenchimento do Boletim de Voto a Distância Orientações de preenchimento

O boletim deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer seu direito de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81/22 e alterações.

Neste caso, é imprescindível que os campos anteriores sejam preenchidos com o Nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro do Ministério da Fazenda, seja pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço eletrônico de e-mail para eventual contato.

Além disso, para que este boletim de voto seja considerado válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral, as seguintes instruções deverão ser observadas:

- i. Os campos deste boletim deverão estar devidamente preenchidos;
- ii. Todas as páginas deverão ser rubricadas;
- iii. O acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente deverá(ão) assinar o boletim na última página;
- iv. Não serão exigidos reconhecimento de firma, desde que a assinatura do documento apresentado, coincida com a assinatura aposta no boletim; e
- v. Nos casos de estrangeiros, será aceito o respectivo RNE ou passaporte com a mesma assinatura do boletim, não sendo necessário a tradução juramentada de procuração enviadas nos idiomas Espanhol e Inglês.

Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá:

- i. Preencher e enviar diretamente à Companhia; ou
- ii. Transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações a seguir:

Exercício de voto a distância por meio do custodiante.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio do seu agente de custódia deverá transmitir as suas instruções de voto observando as regras adotadas pelo subcustodiante, o qual encaminhará as referidas manifestações de voto à Central Depositária da B3. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com seus agentes de custódia a fim de verificarem os devidos procedimentos.

Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, o acionista deverá transmitir as instruções e o boletim devidamente preenchido para seus agentes até sete dias antes da data da realização da assembleia. A Companhia, de acordo com a legislação vigente, terá até 3 úteis dias do recebimento do boletim para comunicar o acionista que os documentos enviados estão aptos para que o voto seja considerado válido ou para avisar a necessidade de retificação e reenvio do boletim ou dos documentos que o acompanham, informando o prazo de recebimento dos mesmos em até sete dias antes da realização da assembleia.

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Desta forma, é recomendável que o acionista envie o boletim de voto, que será disponibilizado pela companhia pelo menos com um mês antes da data da realização da assembleia e os documentos relativos, com maior antecedência possível, para que haja tempo suficiente para avaliação pela Companhia e eventual retorno com motivos para retificação, correção e ressubmissão dos mesmos.

Vale ressaltar que, conforme determinado pela Resolução CVM nº 81/22, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF e CNPJ.

Exercício do voto a distância por meio de envio do boletim pelo acionista diretamente à Eternit

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos ao Departamento de Relações com Investidores e aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores.

- i. Via física do presente boletim de voto devidamente preenchido, assinado e com todas as páginas rubricadas;
- ii. Cópia simples dos seguintes documentos:
  - a. Pessoas físicas:
    - Documento válido de identidade com foto e número CPF, que contenha a assinatura idêntica a do Boletim de Voto a Distância (“BVD”);
    - No caso de procurador (constituído a menos de um ano antes da data da realização da AGO), enviar procuração acompanhada dos requisitos contidos no item anterior.
  - b. Pessoas jurídicas:
    - Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista;
    - CNPJ; e
    - Documento de identidade com foto do representante legal, que contenha a assinatura idêntica a do Boletim de Voto a Distância (“BVD”).
  - c. Para fundos de investimento:
    - Último regulamento consolidado do fundo com CNPJ;
    - Estatuto social ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e
    - Documento de identidade com foto do representante legal, que contenha a assinatura idêntica a do Boletim de Voto a Distância (“BVD”).

Uma vez recebidos o boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia avisará ao acionista acerca de sua aceitação ou necessidade de retificação, nos termos da Resolução CVM nº 481/22 e respectivas alterações.

Caso este boletim seja encaminhado diretamente à Companhia e não esteja adequadamente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos acima, este poderá ser desconsiderado e o acionista será informado por meio de endereço de e-mail indicado.

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia

O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na sede da Companhia em até sete dias antes da realização da Assembleia, na Rua Dr. Fernandes Coelho nº 85, 8º andar, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05423-040 ou por meio do e-mail: [ri@eternit.com.br](mailto:ri@eternit.com.br), aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores, Sr. Vítor Mallmann.

Indicação da instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato.

Exercício do voto a distância por meio do administrador das ações escriturais: Adicionalmente às opções anteriores, o acionista com ações no sistema escritural poderá exercer o seu direito de voto a distância por meio do Banco Itaú, instituição que administra o sistema de Ações Escriturais da Companhia. Neste caso, o acionista/procurador que optar por exercer o direito de voto a distância por prestadores de serviço deverá fazê-lo por uma das opções:

- Acionistas com posição acionária em livro escritural: podem exercer o voto à distância por intermédio do escriturador. As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.italu.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/>.
- Acionistas com posição acionária em instituição custodiante/ corretora: deverão verificar os procedimentos para votar com a instituição custodiante da ação.
- Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição: (exemplo: parte da posição está custodiada nos livros do escriturador e outra parte com um custodiante, ou ações estão custodiadas em mais de uma instituição custodiante): basta enviar a instrução de voto para apenas uma instituição, o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista.